



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE ARMAS

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0345/05	DATA: 12/04/05
INÍCIO: 14h57min	TÉRMINO: 17h55min	DURAÇÃO: 2h58min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 2h56min	PÁGINAS: 58	QUARTOS: 36

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

ANTÔNIO RANGEL BANDEIRA - Coordenador do Projeto de Desarmamento do Viva Rio.
PABLO DREYFUS - Coordenador de Pesquisa do Viva Rio.

SUMÁRIO: Debate sobre desarmamento.

OBSERVAÇÕES

Há oradores não identificados.
Há intervenções simultâneas ininteligíveis.
Há termos ou expressões ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as organizações criminosas do tráfico de armas.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 7ª reunião. Sendo assim, indago se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO JOÃO CAMPOS - Requeiro a dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado, Deputado.

Dispensada a leitura, coloco a ata em discussão.

Não havendo quem queira discuti-la, coloco a ata em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Comunico a V.Exas. o recebimento dos seguintes ofícios: do Ministro de Estado da Defesa, Exmo. Sr. José Alencar, informando que envidará todos os esforços para atender, no mais curto prazo, às informações solicitadas por esta Comissão. Ele pede um prazo um pouco maior, e eu dupliquei o prazo, que era de 10 dias, eu dei mais 10 dias. Só para informar à Comissão sobre isso.

A Deputado Juíza Denise Frossard justificando sua ausência na reunião do dia 7 de abril.

Quero dizer que esta reunião foi convocada para realização de audiência pública com a presença do Sr. Antônio Rangel Bandeira, Coordenador do Projeto de Desarmamento do Viva Rio, e ainda para deliberação de requerimentos.

Junto com o Dr. Antônio Rangel Bandeira, que está aqui, e nós agradecemos muito a sua presença, está o Sr. Pablo Dreyfus. É essa a pronúncia? Em alemão, sim. É Dreyfus mesmo. Pablo Dreyfus, que vai também aqui, junto com o Sr. Antônio Rangel Bandeira, fazer apresentação do Viva Rio para esta Comissão.

Eles fizeram um trabalho muito importante, na minha opinião, um dos mais completos nesses últimos tempos. E acredito que darão muitos subsídios a esta Comissão.

Quero dizer que, a princípio, o Sr. Pablo Dreyfus não estava agendado. Eu quero corroborar com este Plenário a presença dele e também a exposição por parte dele, porque eu não vejo nenhum problema. Pelo contrário, acredito que virá colaborar muito com os nossos trabalhos.

Coloco em discussão essa possibilidade. *(Pausa.)*



Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Convido o Sr. Antônio Rangel Bandeira a tomar assento à Mesa. Se o Sr. Pablo Dreyfus também quiser, fique à vontade. Não sei se vai aí ou vai ficar aqui. Certo. Então, quando falar, tem de falar no microfone, porque tudo fica gravado. Mas fique à vontade. Se quiser também sentar aqui, seja bem-vindo.

O tempo concedido à exposição será de até de 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser apartado durante a exposição.

Após a exposição, tem a lista, na Secretaria, de inscrição para aqueles Deputados que quiserem fazer apartes e argüir aos expositores alguma dúvida que tenham tido.

Com a palavra o Sr. Antônio Rangel Bandeira e o Sr. Pablo Dreyfus, quando precisar também. Fique à vontade.

O SR. ANTÔNIO RANGEL BANDEIRA - Muito boa tarde. Sr. Deputado Moroni Torgan, muito obrigado pelo convite feito ao Viva Rio. É uma grande satisfação estar presente. Queria assinalar que estamos no plenário Franco Montoro, grande líder da minha geração na luta contra o regime militar, e temos aqui a presença da neta do Franco Montoro, Mariana Montoro, que é do Instituto Sou da Paz, de São Paulo, então, isso dá um certo significado histórico também à nossa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Seja bem-vinda, Mariana.

O SR. ANTÔNIO RANGEL BANDEIRA - É uma satisfação muito grande poder expor algumas informações a esta Comissão. O Viva Rio tem sido mais conhecido como uma ONG especializada em controle de armas e reforma da Polícia pelo seu trabalho de convencimento de que a arma é muito mais um fator de risco para o civil que a usa do que um bom instrumento de proteção, em função da campanha que se desenrola no País, hoje em dia. A nossa presença aqui é para demonstrar que, muito mais do que esta preocupação, sempre estivemos preocupados em desarmar o bandido. Toda a assessoria que nós demos durante a aprovação do Estatuto do Desarmamento, que é um estatuto basicamente voltado para dar meios e obrigações à Polícia para que ela comece a desarmar os bandidos no País. E isso é muito pouco lembrado. O estatuto tem medidas fundamentais,



como, por exemplo, a marcação da munição, a marcação da arma, que vai apetrechar a Polícia para fazer o rastreamento de arma, sem o qual o tráfico que abastece de armas a bandidagem vai continuar. O trabalho a que o Deputado fez referência é um trabalho de anos, reunindo uma equipe internacional de especialistas, é o primeiro levantamento das armas no Brasil realizado, enfrentou seriíssimos obstáculos e é o trabalho que entregamos ao Governo, na expectativa de que ele informe à autoridade pública, para que, de fato, as quadrilhas que abastecem o crime organizado de armas comecem a ser desmanteladas neste País. Eu, primeiramente, gostaria de fazer uma diferenciação que parece um pouco óbvia, mas não é e tem grandes conseqüências: comparar o problema do mercado ilícito de armas de fogo com o comércio ilícito de drogas. A droga, como os senhores sabem, ela tem todo o seu circuito clandestino. Ela é produzida, comercializada, transportada, consumida clandestinamente, o que envolve uma enorme dificuldade de enfrentamento, porque é um trabalho de investigação policial totalmente contra um aparato clandestino. Arma é o oposto. Noventa e nove por cento das armas são industrializadas legalmente por fabricantes da elite dos países. Portanto, a arma de fogo começa legal. Esse fato óbvio tem uma enorme conseqüência. Por quê? porque há um ponto em que a arma que vai abastecer o bandido sai do mercado legal e entra no mercado ilegal. Portanto, ela é passível de rastreamento, basta ter boa informação e vontade política para fazê-lo. Gostaríamos nós que pudéssemos contar também com a indústria de armas e munições, que deveria manifestar maior interesse em saber que as suas armas, os seus produtos não vão parar em mãos indevidas. Portanto, tendo-se a informação policial - e é o que nós mostraremos aqui - da arma apreendida com o bandido e ela nos dar o fabricante, o número de série, calibre, etc., e tendo para quem esta arma ou esta munição foi vendida, tendo o ponto de destino e o ponto de origem, faz-se um rastreamento, coisa que neste País não se faz quase, porque não se tem essa informação. A informação sempre esteve divorciada. O Exército ficava com a informação da produção, e a Polícia Federal com a informação do destino da arma. Então, esse divórcio impedia um trabalho, realmente, efetivo não em relação a uma ou duas armas, mas em relação às milhões de armas que transitam na mão do crime organizado no País. Portanto, é possível, é viável chegar aos responsáveis por mergulhar a arma ou a munição no mercado ilegal, seja para exportar, seja para municiar, armar o crime organizado no Brasil.



Então, é a esse trabalho que o Viva Rio tem-se dedicado, diria, muito mais, inclusive, do que o trabalho de construir uma cultura de paz, buscar informações. E essa pesquisa nos custou anos. Tivemos que ir Estado por Estado, porque as polícias estaduais, apesar de, por lei, deverem informar à Polícia Federal das apreensões de arma, não o fazem ou não o faziam até o Estatuto do Desarmamento. Então, nós tivemos que ter um delegado nosso, aposentado, que foi conversar de delegado para delegado em cada Estado como que para convencer, muito no jeitinho brasileiro, na base do companheirismo, da amizade, a nos passar as informações, que, às vezes, estavam informatizadas, à maior parte das vezes não estavam, e nos custou enorme trabalho de organização desses dados. Mas esse é o resultado. Por isso, eu dizia: o primeiro resultado, realmente, que nos permitiu esse levantamento de saber quais são as armas no Brasil. Diziam que são de 6 milhões a 30 milhões de armas. Enfim, aquele “chutômetro” de quem realmente não tinha informação. E nós sabemos que não há controle sem informação e não há bom controle sem boa informação. A partir de agora, nós começamos a ter essa informação. E a Polícia vai ter um trabalho, realmente, um grande desafio para começar a dismantelar as quadrilhas que abastecem o crime organizado. O Dr. Pablo, que eu trago comigo, é um privilégio tê-lo no Brasil. O Dr. Pablo é um dos maiores especialistas em armas do mundo, já assessorou vários governos e hoje nós temos o privilégio de tê-lo no Viva Rio e de tê-lo colaborando com o Ministério da Justiça. É um grande conhecedor do assunto. Ele coordenou praticamente o trabalho no que diz respeito às questões das armas, porque o livro também trata da questão das vítimas. É uma pesquisa bem mais ampla. Vou apenas dar dados gerais para dar aos senhores o quadro e de como é um quadro realmente assustador. São estimativas. Nós não trabalhamos com informações confidenciais, naturalmente; o Exército, as Forças Armadas não nos deram as informações sobre as suas armas, porque é uma questão de sigilo, mas, hoje, nós temos métodos muito modernos - isso tudo está explicado no trabalho - de aproximação. Vou dar um exemplo mais simples possível: nós temos um número dos homens nas Forças Armadas e sabemos, mais ou menos, quantas armas tem em média o militar brasileiro e a partir daí, com outras variáveis, a gente chega a uma aproximação bastante grande, no sentido de que são todos números estimativos. Portanto, uma denúncia que houve, “Ah, o Viva Rio, agora, teve acesso à informação privada dos proprietários de armas”, isso é uma



bobagem. Não tivemos, não queremos ter, não estamos interessados no proprietário, não é por aí, nós estamos interessados, basicamente, nas armas que estão nas mãos dos bandidos, para que a Polícia tenha meios de correr atrás e de enfrentar esse problema. Os números são assustadores. Nós chegamos a cerca de 17 milhões e 400 mil armas - uma estimativa no Brasil -, 10% apenas nas mãos do Estado, isto é, das Forças Armadas e das polícias; 90% nas mãos de civis. Até aí é espantoso, mas não é preocupante. Começa a ficar preocupante quando nós vemos o número de armas ilegais. Cinquenta e um por cento das armas que circulam no Brasil são ilegais, isto é, não têm registro, isto é, o Estado não sabe quem tem, que arma tem, como a obteve, onde ela está. Não sabe nada. E são essas armas que geralmente se prestam à delinquência, e são essas armas que têm que ser integradas no serviço de informação. Dessas armas ilegais, cerca de 5 milhões, portanto, 28% do total, designamos, por falta de um novo nome para um novo fenômeno, de arma informal, é a arma que o cidadão tem. Meu avô tinha uma arma, como velho pernambucano, tinha lá o seu 38. Nunca registrou, mesmo porque naquela época não havia essas exigências, que passaram a haver a partir de 1997. Então, já recebemos no Viva Rio mais de 7 mil armas nessa campanha de entrega voluntária de arma, 90% funcionando. Parar com essa história de que arma velha não mata. A arma estando funcionando mata tão bem quanto uma arma nova. Então, 90% não estão entregando ferro velho, não. Grande parte, armas informais, isto é, geralmente herança ou pessoas que compraram há muito tempo, ou pessoas que compraram e não registraram. Essas armas são uma tentação para o bandido. Ele quer entrar na sua casa, pegar essa arma, porque essa arma não tem registro. Qualquer crime cometido com ela não será passível de rastreamento. E aí nós temos, para acrescentar o mercado ilegal das armas ilegais, nós temos aí cerca de 4 milhões de armas que nós calculamos estejam na mão do crime organizado, dos bandidos etc. É muita arma, absolutamente descontroladas, e dificilmente, portanto, acessíveis do ponto de vista de investigação. Portanto, esse é o quadro geral. Não vou detalhar, porque tem aqui o autor da pesquisa, que vai detalhar mais. Vou rapidamente apenas fazer um balanço, e isso também é novidade, em relação ao que nos parece ser os principais condutos que levam a arma do mercado legal para o mercado negro, ou para o que se chama internacionalmente "o mercado cinzento", que é exatamente a arma informal, a arma ilegal, mas na mão do cidadão de bem, e



que acaba, por roubo ou por furto, ou por venda indevida a terceiros, na mão de delinquentes. Isso é fruto da nossa experiência, estamos trabalhando no assunto há 7 anos. O Viva Rio, quando começou, há 11 anos, não se preocupava com armas, achava que a questão da violência não passava pelo controle de armas. Eu próprio fui tenente do Exército quando jovem, sempre gostei de arma, não tenho nada contra arma, o objeto para mim não é um instrumento do diabo. Eu, como sociólogo, cheguei à conclusão, estudando a experiência de mais de 30 países, inclusive do meu, de como a arma, ao contrário do que eu julgava, é um risco para quem a usa, principalmente se é um civil, e é uma irresponsabilidade para quem tem uma família e introduz um objeto desses dentro de casa. De qualquer forma, são questões polêmicas, as pessoas têm opiniões diferentes. Eu respeito, com grande veemência inclusive, opiniões contrárias, mas temos que nos unir todos em torno da busca dos dados, da informação, e principalmente da informação que abastece o crime organizado neste País. Por isso saúdo esta como uma das CPIs mais importantes. Há anos esperávamos que o Congresso criasse uma CPI como esta. Acho que se esta CPI trabalhar bem, e tem tudo para trabalhar, porque os Parlamentares que a integram já demonstraram grande serviço na CPI do Narcotráfico, acho que esta CPI pode realmente revolucionar a segurança pública no Brasil porque talvez, mais do que a CPI do Narcotráfico, vai levar realmente a muitas fontes oficiais muitas vezes, gente da elite, que nunca foi tocada neste País, que está por trás da lavagem de dinheiro das armas, que está por trás do mercado de armas e munições, que é um mercado riquíssimo, obscuro, uma caixa-preta, sobre o qual nunca se quis fazer pesquisa, porque são interesses fortíssimos. E é triste quando a gente vê... Saímos com o primeiro levantamento das armas, nós achávamos ingenuamente que esse relatório iria ser aplaudido unanimemente pelo País, pelos prós e pelos contra o desarmamento, porque não podíamos supor que um levantamento tão sério, que serve principalmente para buscar as armas ilegais, pudesse ser criticado por quem defende o armamento da população. Eles deveriam ser os primeiros a querer separar o joio do trigo: arma de bem, arma do bandido. Mas temos certeza de que, com esse tipo de informação, de diálogo, vai se ver que não vamos brigar com fatos, com números; pelo contrário, vamos partilhá-los, para chegarmos a um objetivo comum. Rapidamente vou mencionar, porque isso tudo vai ser entregue de forma escrita, e mais detalhada, inclusive, à Comissão, apenas para os senhores terem



uma idéia dos descaminhos das armas, considerando que a melhor forma de se chegar aos culpados pelo tráfico ilegal de armas é o rastreamento. Portanto, será o trabalho apresentado pelo Dr. Dreyfus. Considerando a política doméstica, isto é, o mercado de armas e munições internas no Brasil — eu tenho aqui um material, se houver alguém que o possa distribuir —, a questão das armas no varejo, constatamos o primeiro desvio como sendo o das armas de cidadãos registrados, como eu dizia, exatamente a arma do mercado informal. O cidadão acha que sua arma está muito segura, acaba sendo assaltado e acaba involuntariamente armando o assaltante. São quase 5 milhões de armas. Fizemos uma pesquisa com as armas apreendidas no Rio de Janeiro, com mais de 50 mil armas apreendidas com bandidos, e concluímos que 25% dessas armas tinham sido vendidas para o chamado cidadão de bem, isto é, vendidas nas lojas, cumprindo todas as formalidades. E 25%, uma arma em cada 3, praticamente. Isto é, é a arma que foi roubada do cidadão de bem, foi furtada, ou ele vendeu para o vizinho, ou vendeu diretamente para o crime organizado. Enfim, vocês vêem como não existe essa... A doutrina Bush — essa foi a nossa grande polêmica na Conferência da ONU, em Nova Iorque, do Desarmamento — dizia: *“Interessa-nos o mercado ilícito, não nos interessa o mercado legal. O livre comércio, o Estado não tem que se meter nisso, as pessoas comprem o que quiserem, vende-se para quem quiser. Nós temos de estar preocupados com o mercado ilícito”*. E aí eu retomo o início da minha intervenção. O mercado ilícito é abastecido pelo mercado lícito. A única forma de se chegar à arma ilícita é partir para seu rastreamento no mercado lícito. Os Estados Unidos ficaram sozinhos contra o mundo, vetando qualquer tipo de controle sobre o mercado e fiscalização do mercado legal. Essa é a doutrina Bush, que realmente é um absurdo. Essa coisa que há armas do bem e há armas do mal. A arma do bem se transforma em arma do mal no dia seguinte, basta passar para a mão de um delinqüente. Então, a arma informal tem que ser controlada pelo Estado. O segundo canal... Eu inverti aqui. Os senhores têm o papel. Eu falei, no primeiro caso, das armas do mercado informal e volto, agora, para o primeiro item que aí está, que são as armas registradas e que são essas armas. Eu me confundi um pouco aqui. Os 25% são as armas legais que passaram para o mercado ilegal. Outra fonte é o que eu falei anteriormente sobre a questão das armas não registradas, que são muito ambicionadas pelos bandidos. O terceiro desvio se dá em lojas de armas e



munições precariamente controladas. O controle é precário, esperamos que, com a aplicação do Estatuto, isso aumente. Temos agora o novo regulamento do Exército estabelecendo maior controle sobre a venda de munições, isso é muito importante que seja feito. Nada justifica que alguém tenha 500 munições em casa. Para quê? Ninguém precisa de 500 munições para se defender. Deve ser realmente uma alegria para o bandido que encontra esse verdadeiro paiol de munição. Então, esperamos que diminua esse problema, mas o controle, principalmente no interior do País, é muito grande. Houve um inquérito policial militar feito pelo Exército, no Rio de Janeiro, em 2001, que é um inquérito sigiloso e que revelou, a partir de conversas até com jornalistas que souberam desse inquérito, que uma das fontes que estão sendo usadas pelos traficantes de armas se registraram no Exército como colecionadores e atiradores. Isso é muito preocupante, não é pouco. Os senhores sabem que o atirador, no Brasil, principalmente o colecionador, pode comprar armamento militar, desde que autorizado. Muitos países simplesmente proíbem isso. Coleção é coleção de armas antigas, armas obsoletas, armas artísticas. No Brasil, não. O cara quer importar uma AR-15, uma AK, armamento de guerra, fuzil de guerra, basta uma autorização e ele pode ter uma, duas, três armas dessas em casa. Há pouco tempo, no bairro de Santa Teresa, no Rio, a casa de um juiz foi assaltada e ele era colecionador. Levaram 49 armas, a maior parte delas modernas. Alegria para a bandidagem. Quer dizer, os que têm como *hobby* colecionar armas alegam: *“Os senhores querem acabar com esse nosso direito de colecionar armas etc.”* Evidentemente que o direito individual tem que se submeter ao interesse público e, quando se trata de segurança pública, mais ainda. Uma coisa é colecionar pistolas de pirata ou armamento da 1ª Guerra Mundial, outra coisa é ter verdadeiras metralhadoras dentro de casa. No momento em que o País vive, como seu segundo problema, o problema da insegurança, é o bem público, é a segurança pública. Não faz sentido alguém, em pleno Rio de Janeiro, que é aquele caldeirão de violência em que vivemos, ter um verdadeiro arsenal de armas e munições dentro de casa. Faz sentido isso? Armas funcionando. Lutamos, aqui, na época do Estatuto do Desarmamento, conseguimos que o Plenário do Senado, na primeira vez, votasse, depois, por pressão do *lobby* dos colecionadores, voltaram atrás. Foram fazer o que muitos países fazem: quer colecionar? tudo bem, mas o pequeno dispositivo de disparo da arma tem que ser retirado, de maneira que dificulte. Isso foi aprovado, era



tão sensato. Aí, uma *lobista* chegou e disse: “Ah, doutor, o senhor é ingênuo. Aqui está cheio de Senador que coleciona arma e não é por hobby, é porque é investimento”. Não sei se isso é verdade ou não, provavelmente não é. De qualquer maneira, é evidente que o direito a termos esses pequenos prazeres na vida tem que se subordinar a essa premência que é a questão da segurança pública. Então, por que não fazer essa concessão e ter armas que não estejam já prontas para serem disparadas no mesmo dia pela bandidagem. Vários países retiram essa peça de disparo, o que dificulta seu uso pela delinquência. Um outro canal — isso é muito fruto de conversa com militares, gente muito interessada na questão da segurança pública — é o que se chamou, na década passada, de um entulho autoritário, na minha opinião. Quer dizer, é algo que vem da ditadura militar, que é um privilégio que se mantém e que se tornou, parece-me, um privilégio excessivo. Existe um regulamento chamado pelos Militares de R-105, que é um regulamento de produtos controlados que foi editado em plena ditadura, em 1965, e foi atualizado diversas vezes, a última edição é de 2000, é o Decreto 2.998. Ele permite a militares, oficiais e sargentos, comprarem diretamente da fábrica, a preço praticamente de fábrica, até 3 armas de fogo de 2 em 2 anos. Em 15 anos, o militar, se quiser, tem 15 armas novas em casa, compradas a preço de custo. Por que o militar precisa ter 15 armas dentro de casa em 10 anos? Os militares são gente nobre, respeitável, mas são gente como a gente, que não recebem um grande salário. Imaginem a tentação de vender essas armas. Imaginem: eu compro por preço de custo e posso vender por 3, 4 vezes mais. Quer dizer, é um privilégio que não se justifica. Não estou falando da munição, que também são quilos e quilos de munição etc. que podem comprar. Fui conversar com vários militares, eles próprios dizem: “Isso é uma excrescência, não faz mais sentido.” Uma coisa é o militar ter uma arma para sua proteção ou como reservista. Ele é um reservatório da Nação. Eu mesmo sou reservista. Mas eu não preciso ter 15 armas dentro de casa, 20 armas dentro de casa. Por quê? Porque estão assaltando as nossas casas, essa é a realidade que se tem de entender. Não vivemos mais num país rural, bucólico, em que arma ficava em cima da lareira! Não é isso! As casas estão sendo assaltadas. Não faz sentido pessoas civis terem arsenais dentro de casa, porque é isso que vai alimentar os delinquentes. Aí eu passo mais rapidamente para o que eu chamo de estoques, os grandes estoques de armas, de onde as armas são desviadas. O maior deles, talvez, o mais preocupante



são as empresas de segurança privada. A própria Polícia Federal, a quem cabe o controle, reclama da insuficiência de meios para fiscalizá-las. Temos 1 milhão, 120 mil, 842 empresas legalizadas, no Brasil, ou melhor dizendo, desculpe, vigilantes, 1 milhão, 120 mil, 842 vigilantes, no Brasil. Disse que o número de empresas privadas ilegais é mais do que o dobro disso. Há todo interesse de essas empresas não se legalizarem para não terem de pagar direitos trabalhistas a seus vigilantes, porque a maior parte delas não é controlada, recebem a sua arma, são homens normalmente mal treinados, geralmente é o “bico” da Polícia. Enfim, sei que, no Rio, quando a Assembléia do Rio fez uma apuração, em 1999, descobriu que 10 mil armas tinham sido desviadas só naquele ano, no Rio de Janeiro, das empresas de segurança privada. Para onde? É fácil imaginar. Portanto, essa é uma área absolutamente descontrolada. O Estatuto do Desarmamento avançou porque, agora, responsabiliza o proprietário da empresa pela perda da arma, e vamos ver se isso é cumprido. Porque o que vigia antes é o seguinte: a empresa fechava, a arma entrava até como forma de pagamento: “Ah, fica com a sua arma”. Controle nenhum. Portanto, essa é uma das fontes de maior preocupação. E não é Brasil. Tenho viajado muito na África e na América Latina como um todo; é uma das maiores preocupações. Eu chamo a atenção, principalmente da imprensa: é uma área muito pouco estudada, muito pouco pesquisada, e ela cresce na falência da segurança pública, e é uma segurança para quem pode pagar, é a segurança antidemocrática. Pobre não pode ter segurança privada. Quem investe na segurança privada não está investindo na solução, pelo contrário. A democracia se constrói com polícia pública para todos, e não para quem pode pagar apenas. Afora a cumplicidade que se estabelece entre o segurança e o crime. Quantas vezes o empresário é seqüestrado por um amigo de um segurança. Então, a promiscuidade entre segurança privada e segurança pública corrói, paga melhor, muitas vezes, ao policial que ganha um salário de fome e acaba trabalhando mais para a segurança privada em detrimento do seu papel como homem público. Então, V.Exas. vêem as distorções, que não vou me alongar aqui. Uma outra fonte importante — vemos isso com frequência — são os desvios de arma dentro de quartéis militares, principalmente dentro dos quartéis de polícia. As Forças Armadas costumam ter um rigor muito maior e, com os últimos assaltos a quartéis no Rio e tudo mais, estão tomando providências bastante rígidas, bastante eficientes para minorar esse desvio. Mas não é fácil, não é fácil porque o



narcotráfico inscreve... ele faz com que seus homens entrem para as Forças Armadas exatamente para prover desvios e para adquirir formação militar. Mas é muito importante, embora, como o Dr. Pablo vai dizer, as armas militares desviadas sejam poucas, há que se chamar a atenção que ela é em menor número, mas é muito mais letal. Quando uma quadrilha bota a mão num G-3, por exemplo, que é um fuzil de altíssima potência, isso vai provocar um grande estrago, principalmente entre os policiais. É a arma realmente que está dizimando os homens da lei. E aí nós temos duas fontes muito desagradáveis, que nos envergonham muito, que envergonha também a Polícia e que, talvez, sejam os canais mais freqüentes, miudinho, mas constante: são os que nós chamamos de policiais bandidos, que não honram a farda que usam,

(Não identificado) - Farda e distintivo.

O SR. ANTÔNIO RANGEL BANDEIRA - Farda e distintivo. Exatamente. E são uns traidores, porque vão vender arma para bandidos que vão matar seus companheiros de farda. É o policial que diz: "Perdi a arma". Estive, há pouco tempo, em São Paulo, e todo dia tem arma perdida. E o que acontece? Muito pouco. Muito pouco. É preciso que se aperte o controle. Uma arma perdida tem de ser como na Inglaterra: dá inquérito, dá uma confusão danada! Uma arma perdida é um fato gravíssimo. Aqui, é corriqueiro. Evidentemente que essas armas não são perdidas. E temos a consequência disso, que é o policial que toma a arma do bandido para revendê-la para o próprio narcotráfico, quando não aluga para o narcotráfico, coisa que também vemos com freqüência nas grandes cidades. Então, cito isso, porque as polícias têm de avançar nesse tipo de controle interno. Porque é só conversar com as comunidades faveladas do Rio de Janeiro, que dizem: "Nós vemos isso. Nós vemos o policial vendendo a arma, o policial bandido vendendo a arma para o narcotraficante". E o próprio filme, que, hoje em dia, é um filme de fama internacional *Cidade de Deus*, mostra isso já na origem. E para acelerar um pouco, é grave o problema de transporte. A nossa pesquisa revelou um dado estarrecedor. A rota, em grande parte, das armas e das drogas neste País são as rodovias federais. Quem está lá para fiscalizar não fiscaliza, para não dizer o mínimo, para não chamá-los de cúmplices. E o resultado, mandei ver o índice de violência em cidades à beira das rodovias. As cidades à beira de rodovias estão com índices crescentes de violência em relação às outras cidades. Então, em torno das rodovias, não só passa a



indústria da morte, a indústria da droga, mas também as cidades estão se tornando violentas, é a mistura da droga com a mistura da arma. Portanto, algo tem de ser feito com essa Polícia Rodoviária, pelo amor de Deus! Que siga o exemplo da Polícia Federal, que todos os dias nos dá alegria. É raro ler jornal brasileiro e ter boa notícia. No entanto, a Polícia Federal está mostrando que, quando se une investigação com o cortar na própria carne, com depuração, limpeza, começa-se a ter uma polícia de resultados, é a polícia inteligente, que investiga e que só usa da violência quando é necessária. Por que isso também não acontece com a Polícia Rodoviária? Estão no mesmo Ministério! Para mim, francamente, é uma pergunta que eu faço. Não tenho idéia. E só a faço porque é gravíssimo. A arma vai para o Paraguai, entra do Paraguai para cá, para o Uruguai, passa em tudo, passa por 15, 20 barreiras e não acontece nada! Então, esse é um assunto grave que, realmente, são as veias por onde correm as armas e as drogas neste País, nas barbas da Polícia. Transporte de fábrica. O transporte da fábrica para lojas, para exportação, é muito precário. Por lei, deve ser feito por autoridades federais. Na prática, é feito pelo próprio fabricante. Então, perguntava a um General: “General, mas a Taurus exportou para tal país...”; “Ah, é tudo muito seguro, meu filho. Vai até por avião, que é um frete muito mais caro, mas para dar garantia de que vai chegar lá, de que está tudo bem”. Eu falei: “E quem acompanha?”. “Ah, um alto funcionário da Taurus”. Eu falei: “Mas, General, a Taurus fiscaliza a Taurus?” Não pode, não é verdade? É o que fez um Delegado, em Jacarepaguá, dizer que houve uma exportação, há cerca de 5 anos, para o Sri Lanka, um país na Ásia que sofreu com essa onda maldita aí, e, segundo esse Delegado apurou, só os papéis viajaram para o Sri Lanka, as armas nunca foram. Os papéis, sim, passaram, foram carimbados, e tudo mais, está tudo, lá, no Governo Federal, registrado. As armas nunca saíram daqui. Saíram, sim, das fábricas e provavelmente foram para os morros do Rio, para a periferia de São Paulo. Então, transportes... Eu tenho ouvido isso de Delegados: “Ah, arma é como tomate, a gente já sabe que, no caminho, várias vão ficar, vão estragar como tomate”. Já entram em acordo: “Ah, vai sumir uma ou duas caixas de pistola e tal”. É corriqueiro. Pelo amor de Deus, não estamos transportando tomate, estamos transportando arma, munição, instrumentos altamente letais! Isso... O transporte interno realmente tem de ser revisto e a lei aplicada. E aí passo, talvez, para uma parte também importante. V.Exas. dirão: “Ah, ele está preocupado com o controle



interno. O problema do País não é o controle interno, o problema do País são as armas estrangeiras, as armas que vêm de fora. Isso é o que importa”. A indústria de armas tem alimentado esse tipo de mito. Analisamos, com a colaboração do Coronel Josias, quando era Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, foi o primeiro Secretário deste País a abrir as armas à pesquisa por parte de especialistas. É preciso que a Polícia se abra à colaboração da sociedade civil no que tem de especialista em arma, isso, hoje, é uma especialização. E o resultado é que o Rio de Janeiro tem o primeiro mapa das armas no País. Investigamos cerca de 720 mil informações sobre armas, de 1950 a 2003. De cerca de 230 mil armas ilegais apreendidas, em sua maior parte com bandidos. Qual foi o resultado? Oitenta e dois por cento dessas armas brasileiríssimas, armas *made in* Brasil; de 10 armas usadas pelos bandidos, 8 são *made in* Brasil. Então 80% do problema é brasileiro. Vamos acabar com isso de dizer que o problema são as armas americanas que estão chegando aqui. Também é um problema, como vou dizer, mas 80% do problema é brasileiro. Ah, o problema são as metralhadoras, AR-15. Vocês estão preocupados com 22, 38, essas arminhas? Revólveres e pistolas: 86,88% são revólveres e pistolas. Ninguém vai me assaltar na Cinelândia com AR-15. A arma do assalto é a arma que se esconde, é óbvio. Então, a insegurança da população, não da Polícia, da população tem a ver com a arma pequena, *made in* Brasil. Então tem que se fazer alguma coisa para impedir que ela continue a abastecer a bandidagem. Dessas, de apenas uma fábrica, porque a Taurus e Rossi hoje em dia são a mesma coisa no que diz respeito à arma pequena — a Taurus comprou a Rossi — 92,16% dessas armas são Taurus e Rossi. Então basta controlar a rota das armas da Taurus e Rossi que estaremos enfrentando 90% da bandidagem. Sim, e as outras são preocupantes? Claro que são preocupantes, porque é a arma que enfrenta a polícia, que vai matar os nossos policiais que estão morrendo como moscas. E a população não se dá conta disso ou é indiferente como se o policial estivesse lá para morrer mesmo. Há pouco tempo li uma crônica que lembrava: era assim até a Guerra dos Boers, no século XIX. Só se contava oficial morto em guerra; não se contavam o número nem o nome de soldados. Soldados eram camponeses que estavam lá para morrer. É com a Guerra dos Boers, entre ingleses e holandeses, na África do Sul, que se começou a contar pela primeira vez o número e dar o nome dos soldados mortos, porque até então era carne de canhão. Parece que com a Polícia é assim.



Quer dizer, o policial está morrendo, levam e levam, é a Polícia que mais morre no mundo. Algo tem de ser feito contra isso. Não só purificando a Polícia, mas desarmando a criminalidade. E isso é espantoso, porque a arma que é usada contra a bandidagem é a arma obviamente de grosso calibre, que é usada entre enfrentamentos de quadrilhas, na disputa por território — é aí que eles usam —, ou para ataques específicos a carros-fortes, ou para enfrentar a polícia, que cada vez tem de se armar melhor. Há uma espiral, porque o dinheiro da droga compra o que há de mais avançado em termos de armamento. O armamento dizima e muitas vezes é inconveniente. Em favelas usam-se armas perfurantes, munição que além de perfurar o bandido vai perfurar 3 ou 4 casas e matar inocentes. Isso tudo tem de ser revisto. O que importa aqui é dizer que essas armas em grande parte são armas estrangeiras, mas encontramos que 21% dos fuzis apreendidos no Estado do Rio de Janeiro eram de fabricação nacional. O Brasil fabrica fuzil. Então, no caso, conversando com militares no Rio de Janeiro, chegamos à conclusão que parte é desvio das Forças Armadas e da polícia, e parte, isso tem de ser apurado melhor, é armamento vendido pelo Brasil às Forças Armadas paraguaias e de lá vendido para o crime organizado brasileiro. Também no caso das armas de grosso calibre, de cano longo, pelo menos 21% é armamento nacional. Portanto, há o problema ao lado internacional, fora de dúvida, tem de ser enfrentado e não é fácil. Temos uma fronteira de quase 16 mil quilômetros, o dobro da fronteira entre os Estados Unidos e o México pela qual eles não conseguem impedir que as pessoas entrem. Imaginem a fronteira brasileira. Se controlarmos bem dentro de casa a fábrica, o transporte, já resolveremos 80% do problema. E aí vamos cuidar do resto também, que é o problema de fronteira. E, para concluir, as principais rotas internacionais. Temos aí que é uma preocupação internacional. O anjo mau, a figura nefasta do crime internacional, se chama *blocker*, que, em português, é corretor. O intermediário é o homem que não aparece; é o sujeito que sabe que as FARC, na Colômbia, estão precisando de tantas pistolas Taurus. E eu que tenho uma boa relação com o fabricante da Taurus, vamos supor, vamos tirar o nome da Taurus, não estou fazendo nenhuma acusação, uma fábrica qualquer, e ele faz a intermediação, ele não aparece, às vezes por telefone, por Internet, ele não aparece, isso é altamente regulado nos Estados Unidos, os Estados Unidos vão atrás dos *blockers*. *Blocker* americano pode estar em Tóquio, ele é extraditado. É o que nós chamaríamos aqui



quase de crime hediondo. Fizemos tudo para provar a figura do *blocker*. A Câmara dos Deputados aprovou a tipificação do crime de tráfico ilegal do *blocker*, que é um assunto novo no Brasil, embora o fenômeno seja muito velho, e caiu no Senado. Acho eu que, por desinformação, como foi algo que pusemos na pauta, muito em cima, a maior parte dos legisladores confundiu a figura do traficante com a figura do *blocker*. *Blocker* geralmente é um cara de gravata, muito rico, não aparece; e é ele que permite... E a lei geralmente não o alcança porque ele se protege no anonimato, etc. e tal. É uma figura tão nefasta que a OEA, por exemplo — a Organização dos Estados Americanos —, tirou um documento que, na época, enviei para as Presidências das duas Casas aqui, mostrando a relevância de se regulamentar e controlar. Como se controla um *blocker*? Bem, você quer ser um corretor, tudo bem, legal, então você vai prestar contas à autoridade pública de todas as suas transações, tudo transparente em relação... Vendi tanto de munição, arma, etc., etc. Quem não fizer isso está na ilegalidade e é preso. Eu chamo a atenção porque não é um detalhe, ele é o peão do tráfico internacional de armas. Há pouco tempo pegaram um aposentado, na Ladeira dos Tabajaras, no Rio de Janeiro. Era um peão do tráfico de armas da Argentina, do Uruguai, passava tudo por ele. Ele só ficava no telefone, não aparecia. Bem, o segundo canal de desvio de armas é a irresponsabilidade na exportação de arma. Como se arma fosse banana, vende para quem quer. A legislação internacional, a comunidade internacional, chama a atenção para que os países não vendam armas para ditaduras, para países que vão revendê-las não se sabe para quem. A comunidade européia criou um código de conduta hoje em dia que exatamente recomenda... Não se pode vender para um país como o Paraguai. O Paraguai chegou a ser o segundo importador de armas das Américas, tem um baixíssimo nível de violência, a maior parte é com faca. Era com o café, era um grande exportador de café. As armas entram no Paraguai e saem imediatamente; saíam principalmente para o Brasil, a ponto de o então Ministro da Justiça Nelson Jobim pedir ao governo norte-americano para proibir a exportação de armas para o Paraguai textualmente — vou anexar esse documento aqui —, porque estas armas estão sendo vendidas para representantes do crime organizado brasileiro. E os Estados Unidos proibiram a exportação de armas e munições para o Paraguai. Claro que depois descobrimos que continuaram a exportar para *blockers*, ou para comerciantes intermediários, na Alemanha, Equador e Argentina, que não



estavam proibidos e de lá vinham para cá, para o Paraguai, a triangulação. Daí a preocupação nos Estados Unidos com o *blocker*. Dei para a ONU inclusive o nome das empresas alemãs e argentinas que estavam fazendo a triangulação de armas. E o mesmo sucedia com as nossas armas, principalmente a pistola 9 milímetros que é proibida aqui, vendida. Bem, chegou a um ponto que, com o seqüestro do ônibus 174, a questão da segurança veio à tona, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso chamou várias pessoas, inclusive o Viva Rio, para conversar. Nós expusemos a ele o papel que o Paraguai jogava, o que eu chamei à época de bumerangue, as armas brasileiras que iam para o Paraguai e voltavam, armas e munições, então ele designou uma comissão de alto nível, que foi presidida pelo Ministro Pedro Parente, e o Viva Rio o integrou como representante da sociedade civil e a nossa missão no Paraguai foi um êxito, em agosto de 2000, fomos recebidos pelo Presidente do Paraguai, além dos Ministros da área, e o resultado dessa missão foi uma moratória informal de 3 anos. O Paraguai deixou de importar armas e munições do Brasil, e de fato deixou, porque voltamos ao Paraguai e constatamos que essas armas deixaram de ir para lá — estou falando do mercado legal, o mercado ilegal continua nessa fronteira sem fim —, mas com isso se secou uma boa parte desse ciclo bumerangue, que a arma vai e volta. E tivemos o desprazer e tivemos que ficar calados, de ouvir do Presidente do Paraguai que este é um problema brasileiro, as armas são brasileiras, elas vêm para o Paraguai, os lojistas são brasileiros, principalmente na fronteira. Em Pedro Juan Caballero é tudo comerciante brasileiro e vende para traficante brasileiro, então o problema é de vocês! Ficou todo mundo com a cara assim meio sem graça, e vou correr o risco de ser deselegante, mas foi a forma que tive de dizer: Mas Presidente a barriga de aluguel é de vocês, pelo menos o território é de vocês.

(Não identificado) - A zona franca é de vocês.

O SR. ANTÔNIO RANGEL BANDEIRA - A zona franca é de vocês. Mas resultou... Teve outras medidas que o Governo do Paraguai tomou. E foi um êxito de fato a missão. Essa moratória expirou em dezembro passado. Então temos que voltar ao Paraguai para ver... Por que isso é preocupante? Eu lá me reuni, até vou colocar o senhor em contato com ele. Quando caiu um avião cheio de armas se abriu uma CPI no Congresso paraguaio e o Deputado Blas Llano foi o Presidente dessa Comissão. E começou a se investigar o problema das armas no Paraguai.



Claro que começou a chegar em coronel, general, e acabaram com a Comissão. Mas eu me reuni com ele, na época ele me disse, eu digo com autorização dele quando o comércio existia. Ele disse: olha, em média, pelo que apurei, de cada dez contêineres, é quase uma sala de armas brasileiras exportadas legalmente para o Paraguai, em média chegam duas, 8 ficam no Brasil, nunca saem de lá, os papéis viajam. Isso aparentemente acabou, estou falando de 2000, cinco anos atrás, ontem, isto é, empresas legais fraudando exportações. Por quê? Falta de controle. Para quem iam os 8 contêineres de armas? É fácil imaginar. Então, essa questão das exportações é muito... As exportações brasileiras com a questão de reserva de mercado, de competição e tudo mais da indústria de armas, não é nada transparente. Os senhores com 100 dólares entram na Internet, pagam 100 dólares, os senhores acessam toda exportação e importação de armas feita pelos Estados Unidos, está tudo lá, inclusive muita exportação de armas brasileiras para os Estados Unidos, a gente sabe por informação das autoridades americanas, não por informação das autoridades brasileiras, sigilo de comércio. Tudo bem, a gente pode entender o interesse do fabricante, mas o interesse da população, quando essas armas estão indo e voltando... Agora, armas que foram exportadas irresponsavelmente para um país em guerra, para matar nossos irmão angolanos, estão voltando para o Brasil. Quer dizer, depois daquele morticínio que foi a guerra de Angola, em que nós alimentávamos com arma, para a ganância de meia dúzia de empresários, essas armas, como a guerra acabou, estão voltando para o Brasil agora. Então essa visão pragmática, segundo ele... Não, nós temos que exportar, é superávit, não importa o quê, carne, arma, não interessa, desde que a gente embarque nesse pragmatismo anti-humanitário, sem se preocupar com a sorte de outros povos, mas que a nossa própria segurança fale mais alto, porque essas armas vão e voltam, como as munições brasileiras iam para o Paraguai e voltavam. Então, a questão do controle da exportação é de enorme gravidade, e nós precisamos ter transparência. Estive recentemente na Suécia, e como é que eles resolveram? Criaram uma Comissão Parlamentar — lá não são as Forças Armadas que controlam exportação e importação de armas não. São os representantes do povo. Suécia, Noruega, Canadá, Estados Unidos, Itália, Espanha, são Comissões Parlamentares. Por quê? Porque arma é algo específico, é algo perigoso que afeta a segurança e a estabilidade do País e de outros povos. Portanto, tem que passar



pelo controle do Parlamento, o chamado controle parlamentar, ouvido o Exército — o Exército tem toda sua parte tecnológica, a sua parte de especialistas. Agora, a decisão... Vamos exportar para o Iraque, como exportamos muito? Devemos exportar para uma ditadura? Isso tem que passar pelo Congresso. O Exército que tem legitimidade para muita coisa, não tem essa legitimidade; quem tem essa legitimidade são os representantes da população. Coloco isso pela primeira vez nesta Casa: a idéia do controle parlamentar. As democracias avançadas no mundo, todas tem uma Comissão, e responsável. Por exemplo, o armamento sueco vai ser vendido, porque a Suécia é o grande produtor de armamento pesado, para proteger inclusive da competição... São reuniões fechadas, isto é, mas o Parlamento sabe e descobriu. Estão querendo exportar avião sueco para o Pinochet. Não. O Parlamento não deixou. Então tem que ter essa instância, porque tem que haver representatividade e responsabilidade social de quem decide para quem vai exportar arma, porque arma não é café. Arma tem conseqüências para lá e para cá. Portanto, não pode ficar apenas sob a responsabilidade de setores especializados em outras áreas, como é a questão das Forças Armadas, respeitabilíssimas. Lá, realmente são decisões políticas, e militar não está aqui para fazer política, não é verdade? Eu digo isso porque tenho conversado com militares. A maioria concorda comigo, e isso que é curioso.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Uma questão de ordem. Saber de V.Exa. se tem um tempo determinado, porque nós temos a Ordem do Dia para começar e se somente o expositor falar fica complicado. Os Parlamentares não poderem nem sequer conversar ou trocar alguma idéia, já se passou quase uma hora e a Ordem do Dia vai começar. Gostaria de continuar ouvindo mais duas horas, agora gostaria também de poder falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Se precisar, tenho certeza que eles retornam para concluir com os Parlamentares esse... A argüição de V.Exa. eu anotei em uma hora exatamente a exposição, mas ela está recheada de muitas informações bem interessantes. Por essa razão estou deixando transcorrer. Nesse sentido acredito que muitas informações...

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Nada contra a exposição, Sr. Presidente. Só a questão do tempo...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sei que V.Exa. está preocupado em poder perguntar. Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO RANGEL BANDEIRA - Peço desculpas pela demora. De fato é muita informação. Vou concluir e passar a palavra ao Dr. Dreyfus. Como os senhores têm no papel essas informações, eu apenas vou acrescentar uma informação que aqui não está, fruto de uma conversa que me foi autorizada tornar pública com o Governador do Paraná, Roberto Requião. O Governador Requião me contou que o Porto de Paranaguá, que legalmente é um corretor de importação e exportação do Paraguai, foi arrendado para uma empresa multinacional, por parte do Governo do Paraguai, e que nesse corredor, no Porto de Paranaguá, semanalmente se realizam leilões durante a noite e que se vende de tudo. Arma, droga, todo tipo de contrabando. Segundo o Governador, ele já encaminhou essa denúncia várias vezes às autoridades federais. Fiquei tão estarecido, estava visitando o porto, com esta informação, pedi autorização dele para tornar público e o faço aqui, porque Paranaguá é um porto realmente que está a exigir controle, porque, de fato, o Paraná acaba sendo um canal muito importante. Vou concluir aqui, atendendo a solicitação do Deputado Fraga e vou passar a palavra ao Dr. Dreyfus, a quem eu peço que seja muito mais breve do que eu. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quero agradecer a exposição de V.Sa. e dizer que nós ficamos bastante satisfeitos com todas as informações, tenho certeza que essa CPI ainda terá mais vezes esse contato com vocês. Com a palavra.

O SR. PABLO DREYFUS - Muito obrigado, Sr. Presidente. Queria solicitar duas coisas, por favor: ligar a tela do projetor e talvez escurecer um pouco o ambiente para poder esclarecer mais, desligar as luzes para visualizar melhor as estatísticas que vou apresentar. Como bem mencionou o Dr. Rangel, o dilema do tráfico e o comércio ilícito de armas é que as armas de fogo na sua origem são legal e industrialmente produzidas. Em algum ponto da cadeia comercial, as armas migram do legal para ilegal. No caso do Brasil, esse dilema é agravado por vários fatores. Como todos sabemos aqui, o Brasil tem graves problemas de segurança pública, urbana, em alguns casos, fortemente ligados ao tráfico de drogas, que se alimenta pelo tráfico de armas, para manter a presença territorial, para manter



mercados ilegais, como é o caso do Rio de Janeiro. Se vê duplamente agravado, porque o Brasil é o segundo produtor de armas curtas, principalmente em revólveres e pistolas, do hemisfério ocidental. Depois da Áustria e da Alemanha, o Brasil é o terceiro exportador para os Estados Unidos, que é o mercado mais importante, consumidor de armas de fogo. Então, tem uma grande indústria de armas que coexiste com um grave problema, a segurança pública. Então, isso exige uma indústria fortemente regulada. Se vê duplamente agravado também, pelo fato de que o Brasil, como mencionou o Dr. Rangel, tem extensas fronteiras com controle muito fraco, que permite entrada de armas de alto poder de fogo, que respondem a uma escala de violência entre bandas criminais que lutam entre si, por controle de mercados ilegais e que estão numa escalada permanente de armamento para contrastar com o poder de fogo das forças de segurança pública. O mapa da mina, para fechar os furos que identificou o Dr. Rangel, de passagem tanto do México como internacional, de armas de fogo da legalidade e ilegalidade, é o rastreamento, uma ferramenta policial, investigativa de inteligência que consiste em rastrear o ciclo de vida da arma, desde que a arma deixa a fábrica, para poder traçar o caminho inverso, mediante inteligência policial e fechar os seus furos de desvio. Uma coisa que queria reforçar aqui: toda arma apreendida pela polícia tem uma história. É uma ferramenta de inteligência policial muito importante. Tenho constatado em muitos Estados, que sempre se tem um desprezo pelo setor de controle de armas explosivas, principalmente pelos depósitos. Eles são deixados na mão de Deus. Não se dá para esses setores a importância necessária. Cada arma apreendida tem o número de série, modelo, tem uma marca, foi produzida por alguém, foi vendida para alguém e, em algum momento, desviou-se para o crime. Para tanto, a coleta e análise desses dados pelas nossas forças de segurança pública é fundamental. Cada arma apreendida é um instrumento de investigação policial, não é ferro velho que tem que ser jogado num depósito. Dito isto, o que vou mostrar aqui é o resultado de uma pesquisa que vai ser distribuída ao final da minha exposição pelo Dr. Rangel, para os membros da Comissão, em formato de CD. O que vai ser entregue são listas de armas produzidas no Brasil e em países estrangeiros, classificadas por marca, fabricante, calibre e número de série. Tomamos o caso do Rio de Janeiro, porque é um claro exemplo da dinâmica do tráfico lícito de armas de fogo, que alimenta uma criminalidade organizada, com forte controle territorial, e que



aumenta, cada vez mais, o seu poder de fogo. Essa pesquisa foi feita em parceria com a Secretaria de Segurança Pública do Estado, com autorização da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, através de vários governos sucessivos. E o quadro que temos, hoje, no Rio de Janeiro, o último ano disponível para essas informações foi em junho de 2003. Estamos em processo de atualizar a base de dados neste momento. Entre 1951 e junho de 2003 foram acauteladas no depósito da Divisão de Fiscalização de Armas e Explosivos — acauteladas, depois de terem sido apreendidas em situação criminosa — 224.584 armas de fogo. A curva, na tela, mostra a evolução da apreensão. Hoje, temos uma média de apreensão de 12 mil armas, por ano, no Estado do Rio de Janeiro. Vocês vêem a curva vermelha marca é tendência, que está subindo. Essa queda, no final, simplesmente responde que é o último ano de que dispusemos de dados. A curva vermelha mostra fortemente uma tendência de subida. Como detectar como essas armas chegam nos morros do Rio de Janeiro? Por rastreamento. O rastreamento é feito com base em análises dos dados. O que fizemos? Tomamos as armas que denominamos rastreáveis. Em primeiro lugar, que tenham sido apreendidas recentemente, armas de manufatura moderna que tenham entrado recentemente no mercado ilegal. O universo que tomamos foram 44.006 armas de fogo, acauteladas entre 1998 e 2003, 5 anos. Dessas 44.006 armas, 57 armas foram identificadas como pertencentes às Forças Armadas do Brasil, e 901 estavam assinaladas, estavam identificadas nas bases de dados como patrimônios de órgãos de seguranças públicas do Estado e federais. Esse problema específico será analisado no final da exposição. Qual foi o critério da seleção dessas armas, em todo esse universo? Primeiro, foram excluídos das análises os dados das armas que foram devolvidas aos proprietários, por não estarem envolvidas em crimes, quer dizer, as armas em contravenção. Essas não estão nesse universo; foram excluídas as armas da corporação policial que tinham entrado no DEFAE para serem periciadas. Cada vez que uma arma policial é utilizada num enfrentamento com criminosos, é periciada. As armas do grupamento policial que estejam envolvidas em troca de tiros entram no DEFAE, ficam no depósito por um tempo até serem periciadas. Essas armas foram excluídas; foram excluídas aquelas armas com números de série incompletos ou raspados. Por quê? Você reduz a possibilidade de rastrear essas armas. O forense já determinou que o número estava ilegível, depois de ter passado



pelo ICCE, o Instituto de Criminalística Carlos Éboli, determinou que o número de série estava ilegível; foram excluídas também as armas de uso permitido que foram produzidas no Brasil por empresas que já fecharam há mais de 30 anos. Por exemplo, as marcas Chapina, Castelo, Lerap, INA, ou fábricas de armas modernas. Quer dizer, não tem ninguém para perguntar para quem essas armas foram vendidas. As fábricas fecharam há muito tempo. O que não quer dizer que essas armas sejam muito comuns no mercado criminoso no Brasil, no mercado informal. Porém, foram excluídas pela impossibilidade de fazer rastreamento eficiente. Muitos de vocês sabem, naturalmente, que até em 1980 o registro das armas de fogo no Brasil era opcional. Só em 1980, com uma portaria baixada pelo Ministério do Exército, ficou obrigatório o registro, porém muito descentralizado, cada Estado tem o seu próprio registro. Só em 1997, 17 anos depois, há a primeira tentativa de estabelecer um registro centralizado. Vocês vêem que isso dava lugar a um enorme mercado informal de armas produzidas no Brasil. Muitas vezes, armas de má qualidade, baratas, como essas Chapina, Castelo, Lerap. Também foram excluídas armas de produção européia que foram identificadas como produzidas há mais de 30 anos. Na época dos anos 20, 50, 60, a maioria das armas usadas no Brasil — porque a indústria brasileira ainda não era forte — vinha, principalmente, da Espanha, da Bélgica e da Alemanha. Agora, todas essas armas foram produzidas ou por empresas que já não existem na Espanha, por exemplo, Sarrasqueta, ou são modelos muito velhos que, para as fábricas, seria impossível rastrear. Então, das armas européias foram consideradas só aquelas modernas, de apreensão recente. No caso dos Estados Unidos, foram consideradas todas, porque os Estados Unidos têm uma agência especializada no rastreamento de armas, chamado ATF - *Bureau of Alcohol, Tobacco and Firearms* que tem especialização no rastreamento de armas, inclusive aquelas velhas. Eles podem chegar em contato com as fábricas — as maiores das quais continuam abertas nos Estados Unidos: Colt, Smith & Wesson, Armory, etc., de longa tradição de produção — e eles têm chegado a rastrear armas velhas; foram analisadas todas as armas argentinas, por quê? Porque a Argentina, depois do Brasil, é o segundo produtor da região, e tem uma longa fronteira com o Brasil. Então, essas armas velhas, produzidas por fábricas que já não existem, continuam chegando para mercados criminosos no Brasil, possivelmente através do Paraguai. Então, tem, aí, uma possibilidade de dinâmica



de cooperação com a Argentina. uma FN Baby, 7.65 milímetros, que está na Europa, e dificilmente chega aqui, é uma arma velha. Porém, um revólver pachter 22, produzido na Argentina na década de 70, tem forte possibilidade, ainda, de chegar num bairro com forte criminalidade em São Paulo, no Rio de Janeiro ou Recife. Muito bem, esse é o nosso universo. O que descobrimos? Vamos às armas que não pertencem às polícias nas Forças Armadas, que não estão identificadas como tal, num universo de 43.048 armas. Dessas armas, 82.4% são brasileiras, foram feitas no Brasil. Vocês começam a ver a dinâmica de desvio. Produzidas legalmente, desviadas para o ilegal. Dessas, 7.6% foram produzidos em outros países; quando vamos aos países fabricantes estrangeiros, no topo estão os Estados Unidos, com 49%, seguido por Argentina, Espanha, Itália, Áustria, China, República Tcheca, Alemanha, Bélgica e Israel; quando vamos ao tipo de arma por fabricante, aqui começam a aparecer as principais diferenças. No caso das armas brasileiras, a arma predominante é o revólver. Faz sentido, o Brasil é um grande produtor de revólver. O principal produto, que está sendo cada vez mais superado pela pistola, é verdade, mas o principal produto, hoje - e a Taurus é a principal companhia -, continua sendo o revólver. O revólver é uma arma mais barata, de consumo mais massivo -, seguido pela pistola, espingardas, garruchas, e tal. Mas a maioria absoluta, o monopólio quase da mostra vai para os revólveres de produção nacional. Porém, quando vamos às armas estrangeiras, vejam bem, a arma predominante é a pistola. Faz sentido. Os bandidos estão hoje envolvidos, sobretudo a bandidagem organizada, numa escalada de poder de fogo. A pistola é a arma com maior poder de fogo, leva maior quantidade de munição no carregador, por exemplo. As nossas investigações têm constatado que a percentagem, na última década, de uso de armas de uso restrito tem aumentado de 3%, na década de 80, para 8%, na década de 90. Então, as armas de uso restrito continuam sendo uma minoria, mas têm uma tendência no crescimento. Quando falamos em uso restrito, aí, sim, os bandidos vão no mercado transnacional, porque, simplesmente, as armas, segundo a lei brasileira, não podem ser compradas em lojas, como a munição, de uso permitido. E vejam bem, até o estatuto, os controles de armas no Brasil, isso temos que admitir, eram poucos eficientes. Os Estados cooperavam muito pouco e muito mal, dando dados para o Banco Central do SINARM. Não tínhamos intercâmbio de informação, outro ponto grave que foi resolvido pelo estatuto. Uma interligação, por exemplo, entre a base de



dados de armas produzidas e exportadas do Exército e das lojas com o banco de armas apreendidas na Polícia Federal. Isso está sendo resolvido. Temos que aproveitar a oportunidade para rastreamento eficiente; quando vamos ao calibre, de novo, o mesmo padrão: nas armas brasileiras o calibre predominante é o 38 curto; o famoso 38, que até 1997, insisto, era muito fácil de ser comprado em uma loja por qualquer um, mediante apresentação de muito poucos requisitos. Temos, no Brasil, como mencionou o Dr. Rangel, um enorme mercado informal de armas que, às vezes, não está em mãos de criminosos, mas que não estão registradas. Então, a pessoa não se sente controlada, não se sente constrangida a declarar a venda dessa arma, por exemplo, ao Estado, quando vai vendê-la; não se sente constrangida de fazer uma denúncia se essa arma é roubada. Por quê? Porque ninguém sabe que essa arma estava lá, em primeiro lugar, o.k.? Muito bem, quando vamos às armas estrangeiras, o que vemos? Bom, justamente já vemos uma predominância do calibre 9 milímetros, de uso proibido no Brasil. Os bandidos, então, procuram armas de uso restrito nos mercados transnacionais. Eles usam o que mais têm, que é a arma brasileira de uso permitido, porque, durante muitos anos, estava lá, facilmente disponível, mas, para incrementar o seu poder de fogo nas lutas que eles têm com outros bandos, e para manter o poder de fogo com a polícia, procuram, crescentemente, armas de uso restrito no mercado internacional. Aqui, vejam vocês a proporção maior, de 9 milímetros, com 22%, ponto 45, com 12%. Vamos à “estrela mediática”. Se vamos às armas por espécies — já vimos que a proporção, por exemplo, de fuzis, quando vimos as armas por espécies —, no caso das armas brasileiras, não passa de 0,2%. No caso de armas estrangeiras, chegam a 9%. Mas estamos falando de 684 fuzis, contra uma amostra de 43 mil armas. Agora, o fuzil pode ser pouco importante em termos quantitativos, porém, em termos qualitativos, cada vez que os bandidos conseguem um fuzil, fazem uma festa. Estamos falando de uma arma com cadência de 600 tiros por minuto e alcance efetivo que pode chegar a 2 mil metros, um alto poder de fogo. Essas são armas que, de nenhuma forma — aqui o controle tem sido bastante eficiente —, podem ser compradas numa loja no Brasil, só podem ser compradas diretamente da fábrica por colecionadores — que têm que ser fortemente controlados, como mencionou o Dr. Rangel —, ou por forças de segurança pública, as Forças Armadas, claro. Quando vamos aos fuzis, aí vemos uma clara predominância estrangeira:



armas curtas, problema brasileiro; armas automáticas, problema de mercados transnacionais. Estados Unidos no topo, seguindo pela China. De todas essas armas chinesas que temos nessa mostra, 90% são fuzis Norinco, seguido pelo Brasil. Aqui temos um grave problema. Se as armas no Brasil, esses tipos de armas, não podem ser compradas nas lojas, onde os bandidos vão procurá-las? Bom, todos lêem jornais aqui. Vão matar policiais — estamos chegando a isso — para roubar fuzis dos policiais? Os fuzis vão ser desviados... não nos enganemos, aqui a corrupção é um problema, são desviados das unidades militares policiais.... Vão assaltar as unidades militares policiais para roubar. É uma fonte. Há fuzis brasileiros lá fora. Oitenta e oito, com 660 tiros por minutos, são 2 mil metros de alcance efetivo; quando vamos às marcas, isso não é surpresa para ninguém, a Taurus, hoje, tem quase o monopólio da indústria das armas de pequeno porte no Brasil. As chamadas armas de porte curto, que são levadas num coldre; seguido pela Rossi, que, de fato, foi comprada... a produção de revólveres da Rossi foi comprada pela Taurus, em 1997. Então, praticamente todo o universo está monopolizado pela Taurus. E, aí, a importância. Um país com graves problemas de segurança pública, como o Brasil, não pode se dar ao luxo de não regular a sua indústria. Estamos falando de um grande produtor de armas. Isso é ruim? Vocês poderiam dizer que todos os países têm direitos a produzir armas. Poderiam dizer isso, alguns com visão fortemente realista. Mas com os problemas de segurança pública que tem o Brasil, essa indústria tem que estar fortemente regulada. Não estamos falando aqui de brinquedo, estamos falando de armas, que matam, e num País que tem taxa de vinte mortos para 100 mil habitantes, para um país que não está em guerra, esse número é altíssimo. O Brasil está no topo na taxa de homicídios de países que não estão em guerra, homicídios por arma de fogo. Quando vamos a fabricantes estrangeiros, voltamos à predominância norte-americana. Já temos cientificado o primeiro canal de cooperação: os Estados Unidos. O Brasil tem arma americana porque os Estados Unidos têm os seus próprios furos. O problema de desvios também existe nos Estados Unidos. Isso se soluciona com cooperação internacional e com rastreamento das armas. A ATF tem uma oficina na Colômbia que cobre toda a América do Sul. A ATF procurou, em repetidas oportunidades, a cooperação tanto de autoridades estaduais como federais, porque eles mesmos estão preocupados com o tráfico de armas americanas que acabam no Rio de Janeiro, porque se acaba



no Rio de Janeiro, também acaba no meio Oriente. É simples interesse nacional. Agora, vejam bem, a arma favorita das frentes sul das FARC's - isso sei, porque acabei de voltar da Colômbia, onde entrevistei guerrilheiros e paramilitares desmobilizados -, a arma favorita, porque as peças são intercambiadas com a Pietro Beretta 9 milímetros, é a Taurus PT 92, comprada na Bolívia, comprada no Paraguai. Adoram a Taurus PT 92. E uma Taurus PT 92, esse é o interesse nacional brasileiro, usada pelas FARC's, aumenta o fluxo de cocaína consumida nas nossas grandes cidades. Aí, a importância de controlar, rastrear as armas que são exportadas para países onde podem ser desviadas: Paraguai, Bolívia, Suriname, Uruguai. Vejam bem, de todas essas armas, de toda essa amostra, 30% tinham registro prévio. Temos 12 mil, 898 armas que estão na DEFAE, excluídas todas aquelas de contravenções. Quer dizer, armas utilizadas para delinquir, para cometer crime, ou apreendida com criminoso; e 30% tinha registro. Essas armas têm que ser rastreadas. Como é que uma arma que estava legítima e legalmente possuída por uma pessoa de bem acaba no crime? Será que tem pouco controle sobre o proprietário de armas? Será que essas autoridades estaduais, agora federais, não fiscalizam o fato de esse proprietário renovar, periodicamente, a sua permissão de ter de armas? Será que fiscalizam, eficientemente, se essa pessoa está vendendo, ilegalmente, essa arma? Essa é, por exemplo, uma questão. Casos significativos: no caso do Brasil, 35% das armas, nessa amostra, têm registro prévio; no caso da Áustria, 26% das armas austríacas tinham registro prévio. Estamos falando de uma época em que a Glock, calibre 380, das permitidos, virou moda para usuários no Brasil. Lógico, se estão registradas, sou permitido; no caso da Argentina, 9%. Na Argentina, durante uma época, até o ano de 1997, eram exportados Pistolas Bersa para o Brasil; nos Estados Unidos, 6,4%. Olhem só, um grande produtor de armas, como os Estados Unidos, têm porcentagem de armas registradas menor que os outros países. Isso implica que tem um canal de alimentação de tráfico ilícito importante. Isso implica que, na época que a indústria brasileira ainda não era forte, foram compradas enormes carteiras de armas americanas e não registradas, porque as leis eram fracas. Vamos, agora, a esse universo de 958 armas da força pública. Dessas, 57 estão identificadas na base de dados como pertencentes a alguma força armada. Bom, o que vemos aqui é a predominância absoluta de calibres de uso restrito. No caso das armas das Forças Armadas, 23% de 9 milímetros; 34% calibre



45; 16% de 7.62, calibre de fuzil. Tanto as Forças Armadas como as polícias têm que reimplantar seus controles de seus inventários, os seus estoques. É um problema crescente. Se a Polícia Federal continua fazendo bem o seu trabalho, a Polícia Federal está desarticulando importantes redes do tráfico internacional, o próximo passo dos bandidos vai ser procurar armas onde as armas automáticas estão: nos quartéis, nas unidades militares, matando policiais. Quando vamos às armas de segurança pública, o mesmo padrão. Ponto 40, lógico, é a pistola regulamentar usada pela polícia; ponto 38 curto, lógico, é a arma que está sendo substituída pela ponto 40. Onde vão as armas velhas da polícia? Elas vão para onde? São destruídas realmente? Estão resguardadas em paióis com alta segurança? Calibre 5.56, calibre de fuzil. Não há necessidade de dizer que a polícia do Rio utiliza esse calibre em seus fuzis. Se vocês lerem os jornais do Rio das últimas duas semanas, vão ver pelo menos 3 notícias importantes de policiais que foram mortos e seus fuzis roubados. Estamos falando de 108 fuzis. Um número pouco significativo na mostra total, porém, lembrem-se do caráter qualitativo que o fuzil tem para o bandido. Quando vamos às espécies, aqui vem algo mais importante nos dois casos do fuzil, eles estão procurando armas que não encontram nas lojas. Quando vamos às marcas. Aqui tem um caso interessante. No caso das armas da Segurança Pública, vemos um percentual importante de armas Taurus. A arma regulamentar da polícia era, em alguns casos, revólveres *Smith&Wesson* ponto 38, em outros casos, revólveres Taurus, hoje são pistolas Taurus 9 mm e ponto 40, roubadas ou desviadas, mas lá estão. Só para pensar. Quando vamos às Forças Armadas, vejam bem, existem aí casos interessantes. Temos pistolas IMBEL e as pistolas Colt. Suponho aqui, porque não tenho a informação suficientemente especificada, sejam pistolas Colt modelo 1911, fabricadas pela IMBEL. Vemos lá presença menor de armas estrangeiras e vemos armas *Smith&Wesson*, o que faz pensar: aonde vão os velhos revólveres americanos ponto 45 que usavam as Forças Armadas há 40, 50 anos. Quem está fazendo a segurança dos paióis dos excedentes das Forças Armadas? São eficientemente controlados? Porque *Smith&Wesson* já não é uma marca utilizada hoje pelas Forças Armadas. Muito bem. Com esta evidência que temos aqui, evidência que vai ser distribuída para os membros da Comissão, hoje, em disquete. Quais são os próximos passos? É fundamental aplicar essas experiências em outros Estados. Não adianta só o Rio de



Janeiro ter análises desse tipo de informação. Todos os Estados brasileiros têm que fazer esse tipo de inteligência, principalmente aqueles que estejam mais afetados pela violência. Espírito Santo, por exemplo, Recife. Tanto Vitória quanto Recife, em Pernambuco, têm taxas de morte por arma de fogo muito superiores às do Rio de Janeiro. Então, o trabalho de rastreamento tem de ser feito em duas dimensões. O que esperamos que seja feito com essas listas que estão sendo entregues hoje? No campo do rastreamento doméstico, o envio das listas das armas brasileiras para as fábricas e para a Direção de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército para identificação do primeiro comprador, seja este no Brasil ou em países limítrofes. É fundamental saber para onde foram desde quando saíram do estoque essas armas, porque se identificam pontos de desvio. Esses pontos podem ser fechados. O caso do Paraguai é um bom exemplo. O Paraguai deixou de importar arma brasileira, não sou diplomático, posso dizer isso aqui, por pressão brasileira, por iniciativa brasileira de reduzir as exportações para o Paraguai. Quando se detectou furo no Paraguai. Pois bem, fica a Bolívia. A Bolívia não tem lei de controle de armas de fogo hoje. Bolívia é um país com forte instabilidade política. Uruguai tem uma lei muito fraca de controle de armas de fogo. Está cheio de lojas de armas na fronteira seca com o Rio Grande do Sul. Uma vez que é fechado um ponto de desvio, abrem-se outros. É o famoso efeito globo. Pressiona-se o ar numa parte, o ar vai para outra parte. Outro passo que esperamos seja feito com essas listas é o envio de armas com registro, porque tinha registro, prévio para a Polícia Federal e para as polícias estaduais, para abrir inquéritos sobre como essas armas foram para o mercado ilegal. Finalmente, na parte doméstica, o envio das listas das armas do patrimônio público para a Direção de Fiscalização de Produtos Controlados e para a Polícia Federal, para abertura de inquéritos administrativos e a sanção correspondente. Tudo isso, claro, de forma sigilosa e com baixo perfil. Mas tem de ser feito continuamente. E tem de ser repensada a segurança dos estoques, tanto da Polícia quanto das Forças Armadas. Essa é uma realidade. E não adiante dizer que são poucas armas. São poucas armas, mas com qualitativo alto para os bandidos. O fuzil tem um qualitativo alto para as bandas de tráfico de drogas do Rio. No lado do rastreamento internacional, recomendamos, porque temos experiências de que tem funcionado assim, esforços bilaterais, com países limítrofes e com grandes produtores de armas. Aconselhamos, porque já existe a predisposição para fazer isso e porque



existe um grande número de armas neste País, começar com o envio dessa lista de armas para o rastreamento maciço e sistemático de armas produzidas nos Estados Unidos, principalmente fuzis semi-automáticos, versões semi-automáticas de armas de assalto, AR-15, por exemplo. Em segundo lugar, aconselhamos a troca de informações entre Comissões Parlamentares do Brasil que estão seguindo esse tema com Comissões Parlamentares dos países limítrofes. Nesse momento há Comissões Parlamentares tocando esse assunto na Argentina, tem grandes avanços sendo feitos no Uruguai. Neste momento há um projeto de lei no Congresso uruguaio, vejam bem, inspirado no estatuto. E aqui há duas palavras muito importantes: convergência e harmonização. Não adianta de nada o Brasil ter uma lei muito estrita de controle de armas se seus vizinhos têm leis fracas. E aqui que esta Comissão tem de existir no trabalho do Itamaraty, para ver que tipo de acordos estão sendo fechados com o Peru, a Bolívia, a Venezuela. Vejam bem, a Venezuela também está à beira de uma instabilidade política muito forte. A Venezuela é um grande importador de armas. Existem grandes estoque de armas nas mãos de civis na Venezuela. Vocês tomem Colômbia e multipliquem a instabilidade da Colômbia pela instabilidade potencial do Paraguai, hoje, da Bolívia, hoje, e da Venezuela hoje. É tempo de atuar já em questões bilaterais. E, por último, o segmento conjunto com outros países do MERCOSUL no programa das Nações Unidas. Há um programa de ação de controle de armas das Nações Unidas. O MERCOSUL foi para Nova Iorque no ano passado, na reunião bianual desse programa de armas, com uma posição comum. O MERCOSUL tem um grupo de ação de armas de fogo. Talvez os Congressos não estejam suficientemente informados sobre isso. Consta-me que o Congresso brasileiro está. Consta-me que os congressos de outras países da região não estão. No ano passado, os países do MERCOSUL acordaram pontos de contato para informar as transferências legais de armas e formulários padrão para intercâmbio dessa informação. Está sendo isso implementado? Pergunto. Está esta Comissão trabalhando, fiscalizando isso? Não tenho mais nada a dizer, mas estou aberto a qualquer pergunta. As listas, que é o objetivo principal desta apresentação, vão estar em poder da Presidência da Comissão. Nosso pedido e objetivo é que essas armas sejam rastreadas. Por quê? Porque continuamos tendo 12 mil armas por ano sendo apreendidas em nossa cidade, principalmente no Município do Rio de Janeiro. Muito obrigado. Desculpe o sotaque estrangeiro.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agradeço ao Sr. Dreyfus pela exposição. Vamos passar, de imediato, para aqueles que estão inscritos. Tenho algumas questões que achei interessante também, mas, posteriormente, faço-as. Deputado Luiz Couto tem a palavra por 3 minutos, prorrogáveis.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presciente, Sr. Relator, Dr. Antonio Rangel Bandeira, Pablo Dreyfus, em primeiro lugar, parablenho vocês pelo trabalho que estão realizando enquanto instituição ONG e pelas informações que trouxeram para esta CPI, não apenas trazendo dados, mas também fazendo análise do que esses dados representam para o nosso País e para toda a América do Sul, a América Latina como um todo.

Na colocação inicial, V.Exa. abordou 2 aspectos importantes: que sem rastreamento não vamos ter o combate ao tráfico de armas. E para que haja o rastreamento é necessário que haja informação, e a boa informação, e a vontade política.

Essa vontade política, muitas vezes, passa de forma que não conseguimos ainda perceber, porque enquanto na sociedade há preocupação para que tenhamos esse rastreamento das armas, muitas vezes as próprias instituições responsáveis pelas armas fazem o aumento das armas em nosso País. E há essa luta hoje. Inclusive muitos aqueles que defendem, até defendendo que armas que hoje são de uso exclusivo das Forças Armadas, que as polícias possam ter acesso a essas armas. Há uma solicitação inclusive disso aqui.

Então, queria parabenizar, mostrando que os dados que vocês apresentaram expressam que é preciso apenas vontade política, mas muita vontade política. E essa vontade política não pode ficar apenas na questão do Estatuto do Desarmamento, ou seja, no referendo. Nós estamos aí na luta para que ele seja realizado. Até hoje não conseguimos aprovar a resolução para que esse referendo seja feito conforme o estatuto reza, em outubro. Mas que nós não temos ainda, e o próprio representante do Exército que esteve aqui, quando foi feita a pergunta, se ele tinha informações sobre armas que iam para o Paraguai e que retornavam, a informação não tem. Então, há necessidade de ter um sistema de rastreamento permanente para que não tenhamos, ou seja, porque as armas, como V.Exa. disse, vêm pela fronteira seca, mas vêm pelo mar também, pelas nossas rodovias. Enfim, não há controle nem fiscalização.



Então, é importante esse dado que foi colocado. Não tenho nenhuma pergunta a fazer, apenas parabenizar o trabalho que vocês fazem e, com certeza, vão continuar fazendo. Podem contar com nosso apoio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tem V.Sa. a palavra, se quiser fazer alguma observação.

O SR. ANTÔNIO RANGEL BANDEIRA - Agradeço muito. O Viva Rio se coloca à disposição. Nós nos Consideramos uma ONG técnica e não política. Tenho uma equipe realmente internacional. Muitos vieram para aqui, porque o Brasil é, a nível internacional, considerado um país problema. É o país que mais mata e onde mais se morre por arma de fogo do mundo. Então, ganhamos esse campeonato macabro de mortes de brasileiros. Então, há muita curiosidade. Nesse aspecto foi até positivo, porque especialistas, como o Dr. Dreyfus e outros que eu tenho, estão colaborando. O propósito do Viva Rio é informar ao Parlamento brasileiro e às autoridades pública, passar as informações, para tornar possível esse trabalho. E quero aproveitar para entregar formalmente ao Presidente da CPI, Deputado Moroni Torgan, a relação das 40 mil armas que foram produzidas pelo Viva Rio, pesquisadas durante a gestão do Deputado Josias Quintal, que então era Secretário de Segurança Pública do Rio, cuja gestão democrática permitiu que isso tudo fosse feito e que sirva de exemplo a outras Secretarias de Estado, para que se abra a pesquisa de forma que as informações sejam úteis para o trabalho da Polícia. A nossa sugestão, Deputado Torgan, é que a Comissão encaminhe à Polícia Federal esta relação de 40 mil armas depuradas, passíveis de rastreamento fácil, para que, tomando o Estado do Rio como exemplo, nós começemos a chegar pela primeira vez aos culpados pelos desvios de trânsito. E a segunda sugestão que fazemos é que esse trabalho que foi feito no Rio de Janeiro, os senhores, com o poder de CPI que têm, solicitem a cada Secretaria Estadual a relação das armas apreendidas, para que possa ser feito o mesmo trabalho. Aí teremos uma radiografia completa do Brasil, das armas apreendidas, para que a Polícia Federal possa de fato exercer seu trabalho de rastreamento. Passo neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado. Quero dizer que amanhã já estaremos ouvindo Diretor de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal e, amanhã mesmo, colocaremos à disposição desse Diretor essa relação



para que ele possa fazer esse rastreamento. Como nós não temos muito tempo, nós temos que ser ágeis nessa ação.

Com a palavra o Deputado Alberto Fraga. Tem V.Ex.a 3 minutos, prorrogáveis.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Obrigado, Sr. Presidente. Inicialmente queria dizer que perco apenas em 4 países para o sociólogo Antônio Rangel Bandeira, porque, ao longo dos meus 25 anos de policial, tive oportunidade de visitar, estudar e conhecer o sistema policial de 26 países do mundo. Coronel da Polícia Militar, 27 elogios por ação meritória de pegar bandido na mão, salvando vidas, 11 cursos de especialização, formado em Direito, Administração e Educação Física, dediquei minha vida inteira à Polícia Militar e jamais me atreveria a falar com tanto convencimento como aqui falou o Sr. Antônio Rangel.

O papel aceita tudo. Isso é evidente. Pode ser que seja... Há dados aqui em que me recuso a acreditar. Primeiro, gostaria de conhecer a metodologia que o instituto desenvolve quando consegue, inclusive com unidades, que centenas de milhares de armas, "x" armas se encontram nas mãos dos bandidos. Isso é fantástico. Isso é um dado que verdadeiramente causa inveja a qualquer policial. E eu que sempre atribuí ao meu agora colega Coronel Josias Quintal como o melhor Secretário de Segurança Pública que este País já teve ali. Trabalhou realmente no Rio de Janeiro decentemente. Fica aí essa lição a V.Exa.: devia ter procurado uma assessoria mais competente.

Quero aqui dizer, meu tempo é curto, não vai dar tempo de falar. Mandeí pegar rapidamente, só de hoje.

Assassinatos com arma de fogo crescem 12%. Número de assassinatos cresce em Santa Cruz do Sul em 2004. Lei do Desarmamento não impede crescimento do número de homicídio. Homicídio cresce 50% este mês na cidade de Cuiabá. Doze homicídios entre domingo e segunda. Campanha não diminui armas em circulação. E uma série de outras coisas que a gente passa aqui a rapidamente.

Na Bahia, no primeiro trimestre de 2005, 100%, aumento da criminalidade e apenas 27% com utilização de armas de fogo. Maringá, uma cidade que até há pouco tempo... Houve um aumento de 600% nos homicídios, em Maringá, no Paraná, na terra do Requião. O seqüestro relâmpago aumentou em 400%, lá no Paraná, na terra de Requião, que forjou para a imprensa um monte de armas



recolhidas pela Polícia. Essas, sim, as armas que a Polícia toma na rua, essas saem de circulação. As armas que estão praticamente obrigando, mentindo para o povo, fazendo o povo entregar suas armas de dentro das suas casas, essas não fazem parte de estatísticas criminalística, não. Rio de Janeiro, o roubo de ônibus, 150%, e 10% o aumento dos homicídios. Ponta Grossa, 22% o aumento dos homicídio. Tudo isso não impediu o assassinato da Irmã Dorothy, a chacina covarde de policiais bandidos que praticaram no Rio de Janeiro.

O que mais me deixa impressionado, Sr. Presidente, é que um país como o nosso realmente se curva para a grande inteligência dessa ONG, para a qual quero aqui tirar meu chapéu. A ONG Viva Rio é fantástica. Realmente especializada em controle de armas. Nós não temos capacidade suficiente de sufocar as decisões emitidas pela Vivo Rio. Eu questiono realmente as estatísticas, porque os dados que eu tenho, Sr. Presidente, são das Secretarias Estaduais de Segurança Pública. Quando uma ONG vai ao ar patrocinada pela Rede Globo e diz que duas crianças morrem por dia por arma de fogo, é de uma leviandade, de uma irresponsabilidade, que não faz tamanho. E fica por isso mesmo, porque quem possui... Até estranhei não estar aí o Sr. Rubem César.

Quero que o Dr. Antônio Rangel entenda que eu não tenho nada de pessoal contra ele, em absoluto. Estou falando sobre o assunto. E vou respeitá-lo a cada milésimo de segundo do meu tempo, como sempre faço, respeito as pessoas.

Com relação às estatísticas, a fonte é impressionante. Esses números levantados só podem ter sido fornecidos, evidentemente, pela Polícia, pelo SINARM, ou por qualquer outra instituição que possua esses números. A não ser que o Viva Rio tenha alguma bola de cristal. E vejam: 4 milhões de armas nas mãos dos bandidos. Caramba. Acho que a Polícia precisa realmente saber.

Ouvi aqui um comentário malicioso, de que as polícias.... Quero dizer que os policiais militares, civis e federais deste País é que estão morrendo no dia-a-dia, Deputado Luiz Couto. A guerra dele é diária. A das Forças Armadas, como todo mundo não mexe com as Forças Armadas, tem medo, a guerra deles é virtual. Esse conceito já deveria ter sido extinto, mas continua. Vejo que a precaução contra os policiais é tão grande neste País. É por isso, Josias Quintal, que se está matando a cada 17 horas assassinam um policial no Brasil.



O relatório está aqui: Policiais Militares para uso particular. Esses grupo pode escolher ter armas portáteis, de uso restrito ou de uso permitido em casa. Mas nenhuma dessas armas pode ser automática. Mas que conclusão é esta? Quer dizer, o policial não pode defender a vida dele? É por isso que há 2 anos estamos tentando liberar a pistola ponto 40 para o policial poder sobreviver ou pelo menos poder travar um combate de igual condições com o bandido, mas o Exército brasileiro, pautado não sei por quem, não libera o uso dessas armas.

Vou encerrar, Sr. Presidente. As perguntas que faço — São Paulo não vale, porque eles estão diminuindo a criminalidade desde 1999 —: queria saber em qual cidade do Brasil o crime diminuiu. O Estatuto e o referendo, que o Viva Rio defende tanto... Queria saber se o Dr. Antônio Rangel Bandeira sabe quantas armas foram vendidas em 2004.

Eu até adianto: foi mil duzentas e poucas. Para civis, para quem está sendo feita esta campanha, não passou de uma centena. Isso tenho tudo em documentos. O Ministro da Justiça se recusou tanto. Quando ameacei processá-lo na Justiça, as informações chegaram.

Saber se o Viva Rio conhece John Lott Junior, o único trabalho científico do mundo, realizado com 16 anos de trabalho científico, de pesquisa. Acho legal. Tudo bem. Não tenho nada contra, não. Há muita coisa aqui importante. Agora, a mesma verdade que está aqui é a mesma verdade que está no John Lott Junior ou em outros compêndios, feitos por quem quer que seja. Não podemos adotar apenas como verdade real isto aqui. Eu realmente gostaria de conhecer essa grande força que é a ONG Viva Rio.

V.Exa. conhece — respeito muito, chamo de V.Exa. Não tem problema nenhum. Isso tudo é coisa aqui — a IANSA? A IANSA tem ligação com a Viva Rio? IANSA, uma entidade, uma ONG americana, tal, tal, tal.

Quero aqui até pedir desculpas, Sr. Presidente, porque estou entrando em uma seara que não é, realmente... Gostaria de ter esse debate era em outra oportunidade, mas é que ouvi tanta coisa ser falada aqui. Falar na arma do policial perdida! A arma de um policial aqui do Brasil, pelo menos na legislação da Polícia Militar, quando perde, é instaurado inquérito, ele paga 2 armas e ele fica sem poder comprar arma durante 10 anos. Qual é o bom policial que venderia sua arma,



sabendo que pode ficar 10 anos? Pode até vender. Aí vai para um mercado clandestino, vai para a ilegalidade. É o que estão tentando fazer quando aprovarem.

Quero parabenizar o Dr. Bandeira, porque sabe que o policial está morrendo.

Acho que a ONG Viva Rio, pelo poderio que tem, poderia estar fazendo alguma coisa para salvar vidas. A cada 17 horas se assassina um policial. E não acho que não é para tomar aquele obsoleto revólver 38. É para tomar talvez outras coisas mais e desmoralizar o Estado.

As armas que alimentam o crime organizado certamente não são as armas que o Estatuto alcançou e que essa campanha do desarmamento alcançou. As armas que deveríamos estar unidos para combater são essas armas que o Dr. Dreyfus acabou de citar: Fuzil AR-15, SIG SAUER, (*ininteligível*), tudo isso está entrando pelas fronteiras. Vamos, então, arranjar alguma coisa para as Forças Armadas fazer nas fronteiras. Talvez reduzíssemos e salvássemos muitas vidas.

Portanto, temos realmente opiniões diferentes. E respeito a de V.Exa., mas fico realmente muito entristecido quando vejo meu nome ser referido como líder da bancada da bala, porque recebi 60 mil reais de doação da CBC brasileira. A ONG Viva Rio recebeu, em 2004, 17 milhões. Nem por isso, vou chamá-los de defensores de bandidos ou qualquer outra coisa que seja. Vejo realmente algumas doações que me causam espanto: do Governo britânico, da Fundação Roberto Marinho, dessa IANSA e de outras ONGs ligadas a armas curtas no mundo inteiro.

Aqui fica realmente a minha discordância, apesar de respeitar profundamente o trabalho. Quando coloco minha posição é porque minha vida pública de policial sabe e tenho certeza e convencimento absoluto de que no rumo em que estamos andando não vamos resolver a questão da criminalidade brasileira.

Por isso, quero que me desculpem a forma de desabafo, porque nunca tive oportunidade de debater com o Dr. Rangel Bandeira e já gostaria de ter tido essa oportunidade, porque tenho acompanhado algumas coisas que ferem realmente a minha vida pública de 25 anos de serviço prestado à sociedade. Não foi atrás de uma mesa, não; foi na rua, combatendo o bandido.

Por isso, respeito a opinião de cada um, mas também peço que respeitem minha opinião, quando a dou. Jamais vou atacar o senhor ou quem quer que seja do grupo Viva Rio, coisas que infelizmente eles usam como argumento lá no Ministério da Justiça; "É o *lobby* da bala". "É o *lobby* de não sei o quê". Eu quero ver é



resultados. Se o Estatuto tivesse sortido o efeito que anunciaram, eu estaria já reconhecendo que perdemos muito tempo. Até agora ele não disse para que veio. E acho que até mesmo V.Exa., com a sua eloquência, não tem como explicar para a sociedade que se uma pessoa der um tiro para o alto é crime inafiançável, mas se der um tiro no peito do cidadão, ele sendo primário, o crime é afiançável. Isso não em explicação para a sociedade.

Para concluir, hoje criei aqui, nesta mesma sala, às 11h, um Comitê Suprapartidário pela Legítima Defesa, para que, na hora de fazer o referendo, não nos moldes do Senador Renan Calheiros, mas nos moldes que a sociedade quer, cada um fale a sua linguagem e o seu lado.

Era só isso. Eu não tenho, realmente, questionamento. E foi a oportunidade que eu tive de falar isso para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado, Deputado.

Tem a palavra V.Sa.

O SR. ANTÔNIO RANGEL BANDEIRA - Deputado, eu acho que o que nos une é a luta para a redução da violência no País. Isso é o que importa. Temos concepções diferentes. Eu mesmo já pensei diferente: eu já tive porte de arma, já andei armado e fui convencido pelos meus estudos e pela vida de que as sociedades armadas são sociedades violentas. Discordamos, mas o objetivo é único, e isso faz com que a gente se respeite. Então, brevemente, apenas uma menção a alguns pontos que o senhor levantou: primeiro, o trabalho que o senhor tem em mãos tem várias páginas que explicam, em detalhes, a metodologia usada. São todas estimativas, são métodos aceitos em nível internacional, fruto de muitos anos de pesquisa de arma em muitos países. O Dr. Dreyfus trabalhou no instituto mais importante de controle de armas do mundo, que é o Instituto de Altos Estudos de Genebra. Então, a explicação está aí. Quer dizer, nós não dizemos que existem 4 milhões e 325 vírgula tantas armas nas mãos de bandidos. Não é isso. É uma estimativa a partir de uma série de aproximações. É evidente que o número exato não existe, mas toda autoridade tem que trabalhar com determinadas proporções para saber o nível, a gravidade do problema. Toda explicação está aí. Se o senhor tiver a paciência — há que ter paciência —, tem toda uma parte de matemática inclusive, em que eu muitas vezes tenho que pedir explicação ao Dr. Dreyfus porque eu não entendo bem, mas é tudo transparente e explica, inclusive, para propiciar a



quem queira, a partir daí, avançar nesse estudo, poder fazê-lo. Esse é o primeiro estudo. Tem as dificuldades e o valor de um primeiro estudo. Mas tudo que nós podemos colocar aí para facilitar que o estudo seja, de fato, científico, aí está. Isso está, como tudo do Viva Rio, inclusive as nossas finanças, está tudo na Internet. Nós somos uma ONG absolutamente transparente: quanto recebemos, quem nos paga, como gastamos, está tudo lá. Basta acessar www.vivario.org.br. O trabalho que já está de posse da Comissão, que são quase 300 páginas de pesquisa, os senhores podem acessar. O Viva Rio criou uma página específica sobre armas, que se chama www.desarme.org. Aí os senhores têm o trabalho na sua íntegra e podem consultar à vontade. Com relação a... Todos os nossos trabalhos se baseiam em fontes confiáveis. Quando nós não encontramos confiança, abandonamos a fonte ou chamamos a atenção para que a fonte não é confiável. Então, quando o Viva Rio diz que a cada dia 3 crianças são hospitalizadas no Brasil por ferimento por arma de fogo e, dessas 3, duas foram por acidente dentro de casa, isso é baseado nos dados do Sistema Unificado de Saúde do Ministério da Saúde, que é uma das poucas estatísticas realmente confiáveis neste País, que é feita baseada em pesquisa em cada hospital brasileiro. Cada entrada num hospital público é registrada e isso é controlado pela Organização Mundial de Saúde. Então é um dado oficial. É evidente que a leitura dos jornais é importante. Eu leio todos os dias. Mas o jornal, muitas vezes, chama atenção exagerada para um ponto e distorce. Vou dar-lhe um exemplo, Deputado: até então, antes dessa pesquisa, o imaginário coletivo era de que as armas que nos ameaçavam — nós, cidadãos; não a Polícia — eram as armas estrangeiras de cano longo. Por quê? Porque, quando há uma informação criminal no jornal, se tem um 32, 38, às vezes nem entra na notícia. Agora, se tem um AR-15, o jornalista, por uma questão de método jornalístico, coloca lá a fotografia: “AR-15 apreendida no Morro do Cavalão, em Niterói”. Ela é notícia. Então criou, no imaginário popular que o que ameaçava o cidadão na rua de Recife, do Brasil e tudo mais era a arma estrangeira. Por quê? Porque o noticiário distorce, porque ele foca um ponto que, nem sempre, representa a generalidade, a regra. Então levaram isso em conta. Outro ponto, muito rapidamente: o Viva Rio desenvolve vários trabalhos com a Polícia. O Secretário é testemunha. Nós formamos 148 sargentos da Polícia Militar e agora estamos formando mais 200 nas técnicas mais modernas de policiamento e também dentro de uma visão de Polícia



moderna e democrática, mostrando que é possível ser eficiente respeitando os direitos humanos. E esses sargentos agora estão formando 6 mil soldados da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Nós temos vários planos de assistência ao policial, às famílias dos policiais, porque ser policial não é fácil. Os policiais estão em combate permanente, morrem, vêm morrer, matam e têm muito pouca assistência psicológica. Reclamam que, muitas vezes, não têm assistência psicológica. No dia seguinte, têm que voltar à luta. O soldado na guerra é compreensível; todo o mundo tem pena: “Ah, trauma de guerra”. O policial, não; e o policial está numa guerra diária: a sua família ameaçada; eles moram, muitas vezes, em bairros habitados por bandidos. Nós fazemos todo um esforço para que os policiais possam morar em bairros protegidos. Então o Viva Rio tem uma série de linhas de projetos de melhorar a condição de vida do policial para que ele possa, de fato, exercer bem a sua profissão. Isso nos distingue muito de muitas ONGs que são denunciastas: só criticam, só atacam, só vão a enterro de civil, nunca vão a enterro de soldado e de policial morto. O Viva Rio é diferente. O senhor pode acompanhar o nosso trabalho. E é por isso que nós temos uma boa relação com a Polícia, porque nós as respeitamos. E, para concluir, há uma certa confusão entre a campanha de entrega voluntária de armas e os demais artigos do Estatuto. A campanha de entrega voluntária de armas não tem como objetivo diminuir a criminalidade. Não é esse o objetivo. Com razão, vocês dizem que bandido não entrega arma, bandido não compra arma em loja. É óbvio que não. Essa campanha foi realizada em mais de 30 países quando se constatou que, além da criminalidade — que talvez seja o maior problema que a gente enfrenta, mas é o que aparece na nossa consciência o tempo todo —, os crimes dentro de casa, os homicídios, são muito numerosos: é a criança que brinca com a arma do pai, dispara e morre ou mata o irmão. Toda semana nós temos isso. Tomando as Capitais brasileiras — e aí me remeto outra vez ao Sistema Unificado de Saúde. É uma estatística oficial —, 44% dos homicídios cometidos contra as mulheres foram cometidos por arma de fogo e dois terços pelo seu cônjuge, isto é, marido, companheiro ou namorado. É o marido enciumado, o marido que bebe, que mata a esposa, mata a companheira. Temos ainda pouca estatística no Brasil. É o crime entre 4 paredes, que não aparece. E a briga entre vizinhos... É só ver a criminalidade na periferia de São Paulo e nas favelas do Rio no final de semana: os homens vão para os bares, “enchem a cara” vendo futebol, começam a



discutir por causa de futebol, estão bêbados e, porque estão armados, se matam. É só acompanhar o índice. Diadema reduziu drasticamente a criminalidade porque impôs a Lei Seca: depois de uma determinada hora no final de semana não se pode mais vender bebida alcoólica. Na Colômbia, Cali e Bogotá reduziram em quase 50% os crimes no final de semana com a Lei Seca do álcool, porque a mistura de álcool com arma é explosiva. Então a campanha visa a esse tipo de homicídio: do homem contra a mulher, geralmente; briga de vizinho; briga de trânsito. Tem-se apreendido muito menos arma agora na rua. Por quê? Porque as pessoas estão andando menos armadas, o que significa que briga de trânsito... Quantas mães eu já xinguei no trânsito! Não tem nada a ver com cultura; é uma coisa emocional. Então o escopo, o objetivo da campanha de entrega de armas...

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Mas aí é posse. Aí é porte de armas.

O SR. ANTÔNIO RANGEL BANDEIRA - Porte, porte. Mas a posse, dentro de casa...

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - No trânsito, é porte de armas. Tem que estar na cintura.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. ANTÔNIO RANGEL BANDEIRA - Sim, sim, claro. É o porte, que o Estatuto, muito bem, na minha opinião, proibiu, e a posse, que, muitas vezes, a pessoa pensa que está *(ininteligível)* sua residência tendo uma arma, e o seu filho, porque brigou com a namorada, entra em crise, se deprime e se mata. Isso a gente vê. O Rio Grande do Sul é o Estado com o maior número de armas *per capita* do Brasil. É o maior índice de suicídio por arma de fogo do Brasil. Não é à-toa. Então quais os números desses homicídios? Abaixaram? Não sabemos ainda. Achamos que abaixaram. Por quê? Porque essas estatísticas do SUS demoram 2 anos para serem processadas. Então, o efeito do Estatuto, que nós objetivamos, nós não temos ainda. Isso vai demorar para computar. O que nós temos é o pronunciamento de vários Governadores dizendo que abaixou a criminalidade em geral. Pode ser e pode não ser. Eu não sei. É porque afeta, indiretamente. Uma das fontes que abastece o crime é a arma roubada do indivíduo. Outro dia, no Leblon, assaltaram um apartamento. A primeira pergunta do bandido: "Cadê os dólares e as armas"? Eles querem a arma da pessoa. Os policiais, no Rio, estão sendo assassinados para terem as suas armas roubadas. Então, evidentemente, se você reduz, dificulta a



compra de armas. Então vamos separar: quem vai abaixar a criminalidade, o crime organizado, o assaltante que nos assalta na rua e em casa, é a aplicação do Estatuto, que está muito lenta. O Governo tem que ser pressionado para marcar a munição, marcar arma, melhorar o banco de dados do SINARM, que agora está sendo organizado juntamente com o banco de dados do Exército, o SIGMA. Enfim, porque, para controlar carro roubado, nós temos um bom banco de dados; para controlar arma de bandido, nós não temos. Então, a entrega voluntária de armas é 1 artigo em 37. O que o Governo agora tem que fazer é aplicar os demais artigos do Estatuto para não continuar mais uma lei que não pega. Aí, sim, nós vamos começar a ver afetar e a reduzir a criminalidade do delinquente, que são coisas separadas.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Sr. Presidente, só faltou uma resposta. Eu perguntei da quantidade de armas. Se justifica o referendo: o custo de 600 milhões para proibir 1.000 armas, 1.200 armas que estão sendo produzidas. Eu fiz essa pergunta e gostaria que o Dr. Rangel respondesse se justifica o custo.

E outra coisa. Concordo com o senhor quando diz que a estatística do SUS é correta. Só queria alertá-lo também de que, antes de chegar lá, quem atende a criança acidentada ou a mulher atirada é um policial. Cada hospital tem o plantão policial. É com aquela estatística que nós trabalhamos na Secretaria Estadual de Segurança Pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O Sr. Dreyfus queria fazer uma consideração, mas eu só vou pedir agora para nós sermos mais sintéticos. Eu vou dar oportunidade de 2 em 2 Deputados, porque já está sinalizando aqui a Ordem do Dia.

O SR. PABLO DREYFUS - Só 3 pontos, em resposta ao Sr. Cel. Fraga. Cel. Fraga, em primeiro lugar, nem eu, nem nenhum dos membros da equipe de pesquisa que eu coordenei pretende ter calculado exatamente o número de armas que existem no Brasil. Sim, pretendemos ter estimado o número de armas, com métodos que estão meticulosamente descritos no livro, um livro de quase 200 páginas que convido o senhor a ler detidamente. Segundo: sobre as nossas fontes, na pág. 97, desde o Delegado Isomar Pontes, Chefe da Polícia Civil do Estado do Acre, até o agente especial Marques, da Polícia Federal do Rio de Janeiro, todos os excelentes profissionais das Polícias Cíveis e Militares dos Estados do Brasil que foram consultados estão nomeados aí. Eu falei pessoalmente e por telefone com



eles, marcando as entrevistas que o seu colega, o investigador reformado Luís Carlos Silveira, manteve com eles. Ele viajou pelo Brasil todo durante 6 meses, Estado por Estado, Capital por Capital, trazendo esses dados. Nossas fontes estão aí. Estão aí. E os documentos que eles nos passaram estão no meu poder. O documento justamente está *on-line* para receber críticas. Mas eu vou receber críticas pontuais sobre a metodologia, pontuais sobre a metodologia, não outro tipo de críticas infundadas. Agora, se colocamos o documento aí é porque está sujeito a críticas. Todo o mundo erra, todo o mundo erra. Eu recebo críticas fundadas, não críticas não fundadas. Isso aqui é uma estimativa, e tudo está explicado aqui. Este documento está, neste momento, em poder da Polícia Federal brasileira, do Exército brasileiro e está sendo enviado, por correio, a cada uma dessas pessoas que estão citadas na pág. 97 para elas avaliarem o documento, recebermos críticas e, possivelmente, publicarmos esse informe como livro. Isso não vai sair como livro sem antes ter recebido as críticas de todas essas instituições. Sobre o comentário das armas de uso privado dos policiais, isso não é uma afirmação, é uma constatação de fato. Eu não tenho nenhum problema que um policial possa ir para casa com uma arma de uso privado dele para defender-se, até porque eles viram alvo da criminalidade. O que estou dizendo é que, segundo a lei brasileira, um policial não pode ter um AR-15 para seu uso privado. Esse parágrafo que o senhor leu está dizendo isso. Não tenho nenhum problema...

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Está falando em armas portáteis. Não tem AR-15 aqui, não.

O SR. PABLO DREYFUS - Não. O senhor está dizendo que estou contra que a Polícia tenha armas automáticas. Não.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Mais de 90...

O SR. PABLO DREYFUS - Sim, eu sei. Fui eu que escrevi, eu me lembro perfeitamente. O que está dizendo aí é que os policiais para uso privado não podem ter armas automáticas. Eles podem ter armas semi-automáticas ou revólveres. Tudo bem, tudo bom. Insitucionalmente, eu não tenho nenhum problema que a Polícia do Rio de Janeiro ande com fuzis de assalto AR-15 ou carabinas M4. O que se exige, pela minha segurança, porque sou transeunte no Rio de Janeiro, é o treinamento de quadros para usar armas *full automatic*...



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, qual é a nacionalidade do depoente?

(Não identificado) - É argentino.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Hã? Ele disse que é transeunte no Rio de Janeiro.

(Não identificado) - Transeunte é quem caminha na rua.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ele é transeunte do Rio de Janeiro.

(Não identificado) - Transeunte é pedestre.

O SR. PABLO DREYFUS - Sou transeunte, eu também dirijo o meu carro, ando de bicicleta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - A Viva Rio, em que ele trabalha, tem a sede no Rio de Janeiro. Por isso que ele é transeunte.

O SR. PABLO DREYFUS - Às vezes nado no mar também. Mas moro no Rio de Janeiro faz 3 anos. Era só isso. E também queria agradecer também — eu esqueci e me desculpo — a colaboração que até o momento recebemos do Coronel Josias Quintal, que vivia essa realidade a que estamos nos referindo. Ele (*ininteligível*), fazendo o seu melhor esforço com essa realidade. Só isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Presidente, só como sugestão, para ele encaminhar então esse documento àqueles que verdadeiramente conhecem a segurança pública, que são os Secretários, os Comandantes e Chefes de Polícia Civil e Militar dos Estados. São esses que conhecem segurança pública.

(Não identificado) - Lógico.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Mas não, ele está encaminhando para o Exército.

O SR. PABLO DREYFUS - Eu peço para o senhor não faltar o respeito com todas essas pessoas nomeadas na página 97.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Eu não estou faltando com o respeito a você, entendeu? Não estou faltando com o respeito.

O SR. PABLO DREYFUS - As pessoas que estão...



O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Não estou faltando. Você é que não falte comigo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ninguém está faltando com o respeito.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Você é que não tem o direito de vir aqui e com ironia se dirigir a um Parlamentar. Eu não aceito!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Vamos fazer o seguinte: acho que a todos esses. E o Exército tem de receber o documento, pois ele é o fiscalizador de tudo isso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Está aqui, na página...

Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quer dizer, então, não tem mistério.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Eu só falei como sugestão. Se o cidadão não gostou da sugestão, não aceite. O que eu não aceito é que ele fique com ironia. É isso que eu não aceito. Se ele não conhece o meu País, pergunte. A gente aqui costuma receber bem os estrangeiros.

O SR. ANTÔNIO RANGEL BANDEIRA - Deputado, nós vamos encaminhar esse trabalho a todos os Secretários de Segurança. Apenas esse trabalho não está na sua edição final. Essa é uma edição provisória, que fizemos muito em função da CPI de vocês. A versão final vamos encaminhar a cada Secretário de Segurança, obviamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Vou dar a palavra agora a 2 Deputados de cada vez, para que possamos evoluir. Vou dar ao Deputado Josias Quintal e ao Deputado Pimenta, que é o nosso Relator.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Sr. Presidente, eu confesso que estou fazendo um enorme exercício mental para saber como eu entro nesta questão, dado tudo o que ouvi, dado o curso que tomou esta reunião. Mas eu começaria, então, lembrando um autor que não me recordo o nome agora que disse um dia uma preciosidade, mais ou menos assim: não deve o sabre corar ao ombrear-se com o saber e tampouco deve o saber hesitar em chamá-lo irmão. Talvez isso seja uma boa forma de nós entrarmos nessa questão.



Quando Secretário no Rio, fomos procurados pelo Viva Rio, que queria fazer uma pesquisa nesse campo. Nós procuramos, evidentemente, conhecendo a entidade, conhecendo o potencial da entidade, a sua capacidade de contratar pesquisadores, procuramos franquear o acesso do Viva Rio ao arsenal de armas apreendidas pela Polícia já há quase um século. E lá eles se instalaram e começaram a produzir um trabalho.

Enfrentei dentro da instituição da Polícia Civil, muitas resistências, muitas críticas. Muitas vezes, eu fui criticado publicamente pelo Deputado Hélio Luz, um delegado; fui criticado pelo Sivuca, outro delegado. Mas, na verdade, eu pude ver, naquele momento, naquela possibilidade de o Viva Rio pesquisar, eu via a possibilidade de algo ser feito, algo que a Polícia não poderia fazer. A Polícia por sua falta de cultura, por falta de uma tradição no campo da pesquisa, certamente não teria avançado como avançou o Viva Rio.

Quero parabenizar você, Rangel, parabenizar você, Pablo, parabenizar o Viva Rio pelo trabalho e pela forma determinada com que vocês abraçaram essa causa. Vocês de fato avançaram muito, pesquisaram e fizeram disso uma bandeira de luta. Eu diria até que estão sendo vitoriosos: convenceram o Parlamento, convenceram a opinião pública, até certo ponto, e, portanto, vocês têm sido vitoriosos.

Muito embora seja também um desarmamentista, compactue com esse propósito de vocês, porque sou pela vida, não sou pela morte, eu também tenho questionado vocês, eu também tenho discordado de muitas coisas. A questão dos dados, eu compreendo que são estimativas. Compreendo também, companheiro Fraga, que o papel aceita tudo, ainda mais quando se refere a dados estatísticos. Dependendo da vontade, você pode colocar a cabeça no forno, os pés na geladeira, tirar uma média disso e fazer a estatística. Mas creio na intenção e na seriedade das pesquisas de vocês e até mesmo estou certo que fazem estimativas em muitos dos dados e que devem ser considerados. Posso dizer que hoje já temos um parâmetro, temos números, temos parâmetros para uma análise mais aprofundada, e isso se deve evidentemente aos trabalhos que vocês desenvolveram.

Então, resta-me hoje, nesta tarde, apenas parabenizá-los e dizer que valeu a pena este envolvimento, valeu a pena termos de algum modo procurado colaborar nesse trabalho que vocês desenvolveram muito bem, muito embora discorde em alguns pontos.



Acho que o Estatuto do Desarmamento vem quase de nenhuma punição para uma punição excessiva. Vamos ter, quando em seu pleno funcionamento, pessoas de bem que relutam em cumpri-lo, pessoas de bem, posso até dizer classes — caminhoneiros, comerciantes, até policiais — serem penalizadas fortemente por conta dessa questão.

Como também acho que é um equívoco se fazer o referendo neste momento. Poderíamos esperar o ano que vem, quando a sociedade estará toda mobilizada, para fazer esse referendo. Vamos gastar próximo a 600 milhões, quando o próprio Governo está cortando o orçamento do Fundo Nacional de Segurança Pública, está cortando o orçamento do Fundo Nacional para o Sistema Penitenciário em 50%. Então, são contradições que vivemos neste momento.

E, finalmente, para terminar, Sr. Presidente, que o senhor está ansioso, quero responder ao Deputado Padre, que fez uma colocação com relação à questão do uso de armas de guerra privativa: ele se refere a um trabalho que estamos fazendo pela liberação da pistola ponto 40.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - O Deputado Luiz Couto. Então, falta, talvez, ao Deputado Luiz Couto uma informação mais adequada de que a pistola ponto 40 é uma arma utilizada em todo o mundo, que o projétil de uma pistola ponto 40 normalmente fica no corpo, o que facilita até mesmo a perícia, facilita a definição de autoria. Isso é importante para a Polícia Técnica, é importante para a elucidação de crimes, enfim, uma série de outras questões.

E dizer que essa causa a gente vai brigar. Eu brigo por essa causa da liberação da ponto 40 para os policiais.

E, finalmente, lembrar que essa questão da violência no Rio de Janeiro tem outras variáveis. No Rio de Janeiro e no Brasil tem outras variáveis. No Rio de Janeiro se vive, por exemplo, uma relação muito forte de desamor, de desafeto, de desafeição, aliás, entre o Governo e as instituições policiais. Basta pesquisar, basta ir a campo perguntar a cada policial o que acha do Governo e perguntar ao Governo o que acha da Polícia. Então, creio que isso passa pelo mais mezinho princípio da administração contemporânea essa questão no Rio também.

No mais, muito obrigado. Parabéns, Rangel. Vamos continuar discordando naqueles pontos sobre os quais temos as nossas convicções, mas vamos



reconhecer que o trabalho de vocês é vitorioso, porque é um trabalho para a preservação do bem maior, que é a vida.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado, Deputado.

Deputado Paulo Pimenta, nosso Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quero primeiramente, Sr. Presidente, dizer da minha satisfação em poder ter compartilhado aqui, nesta tarde de hoje, com a presença do Dr. Pablo Dreyfus e do Sr. Antônio Rangel Bandeira, dessa apresentação a respeito do trabalho desenvolvido pelo Viva Rio, não só com relação a esse estudo preliminar chamado “Brasil: as Armas e as Vítimas”, como também esse trabalho complementar apresentado, que trata especificamente da questão das armas, da questão do rastreamento e desse estudo que foi desenvolvido.

Desde o início, Sr. Presidente, eu estou convencido de que, através desta CPI, cuja iniciativa certamente V.Exa. tem a dimensão de tudo o que representa, nós podemos estar tratando de um dos temas mais sensíveis e mais importantes para a compreensão dessa cadeia da violência e da criminalidade no País.

Talvez, inclusive, investigando a questão do tráfico, da circulação ilegal das armas ou dessa arma informal, possamos compreender inclusive a dinâmica, o *modus operandi*, de outros crimes e ajudar as instituições policiais, o Ministério Público, o Poder Judiciário a encontrar mecanismos mais eficientes para a sua ação, o que, certamente, terá como consequência uma elevação do nível de segurança, de tranquilidade e de paz de toda a população.

O chamado crime organizado e, especificamente, no caso, a questão do tráfico de armas da forma como ela se dá, do meu ponto de vista, ainda é um fenômeno relativamente novo. As nossas instituições policiais — a Polícia Militar, a Polícia Civil —, o Ministério Público, o Poder Judiciário, a nossa legislação de alguma forma ainda estão organizadas para tratar o crime eventual, o crime como um desequilíbrio das relações econômicas e sociais da sociedade, o delito como um fenômeno que acompanha a história da humanidade desde a sua origem. Portanto, mais do que nunca, para enfrentar o crime organizado, nós precisamos de novas ferramentas, de novos instrumentos, onde a questão da pesquisa, da inteligência, do estudo certamente terão um papel fundamental para dotar o Estado desses novos



mecanismos de alterações de procedimentos e, talvez, inclusive, de alterações da legislação, que nos permitam um resultado melhor.

Rapidamente, Sr. Presidente, em 2, 3 dias aqui de depoimentos algumas coisas já ficam claras. Nós tivemos, recentemente, aqui, o General Rosalvo, e ele me trouxe aqui um dado que, para mim, é claríssimo: o Exército hoje tem o controle em tempo real da fabricação de armas no País. Mas, a partir do momento em que a arma sai da fábrica, nós não temos, hoje, no País, um mecanismo que controle o transporte, a comercialização. Então, nós podemos ter — e a apreensão feita pela Polícia Federal, recentemente, no Rio Grande do Sul, de mais de 1 milhão de cartuchos mostra isso — verdadeiros arsenais no País, sem que ninguém tenha o controle deles.

A questão do rastreamento, do meu ponto de vista, também é central. Já havia sido aqui falada pelo delegado da Polícia Federal, Dr. Dornelles, e aqui hoje ficou absolutamente cristalina a possibilidade, inclusive, de que a gente altere legislações, procedimentos que exijam para os fabricantes mecanismos mais seguros.

Muitas vezes, hoje, com a numeração raspada ou alguma outra forma rudimentar, você acaba impedindo o processo de rastreamento, que é central.

Aqui, há poucos dias, o Delegado da Polícia Federal, Dr. Dreyfus, deu como exemplo: foi apreendida uma pistola no Rio de Janeiro e eles conseguiram rastrear e perceberam que há 20 dias essa pistola tinha sido vendida em Miami. Isso permite que nós possamos compreender a rota, o mecanismo que faz com que uma pistola seja vendida legalmente nos Estados Unidos e, em menos de 20 dias, seja encontrada na mão de um bandido num morro do Rio de Janeiro.

Para concluir, parece-me evidente a necessidade de nós aprofundarmos o nosso trabalho no sentido das relações internacionais. Foi dito aqui e tem um aspecto inclusive que nós comentamos: o General Rosalvo insistiu aqui na informação de que o País há mais de 5 anos não vende armas para o Paraguai, e no estudo desenvolvido pela Viva Rio o Paraguai aparece... Como o estudo é de 1993 ou de 1992 até 2003, é possível que os dados se refiram aos anos iniciais. Mas foi aqui dito também, até sugerido pelo Deputado Raul Jungmann, que se faça uma visita ao Paraguai, porque nas lojas de venda de armas está cheio de armas brasileiras.



O que nós temos que compreender exatamente é se é fábrica brasileira vendendo para uma subsidiária sua mesmo, quer dizer, nos Estados Unidos ou em outro país; se são os Estados Unidos que estão vendendo de volta; se essa questão da moratória, que foi citada pelo senhor, continua tendo algum tipo de efeito prático, ou qual é o outro mecanismo que tem sido utilizado na medida também que o dado demonstrado mostra que as armas brasileiras são a grande maioria. Será que esses 80% de armas leves são armas que foram fabricadas no Brasil, comercializadas dentro do Brasil? Ou através do número de série do rastreamento é possível identificar se elas percorreram um caminho por fora do País e fazem parte dessa estatística dos 80%? É um dado que eu particularmente gostaria de ter, se é que é possível ser levantado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não, obrigado, Relator.

Com a palavra V.Sa., se quiser fazer algum comentário.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Pela ordem, Sr. Presidente.

V.Exa. podia já conceder a palavra para os outros Deputados que faltam. Apenas... Porque aí, de uma vez...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Nós vamos dar. É que este Presidente também tem umas argüiçãozinhas aqui.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O meu não é argüição, não; o meu é 1 segundo só.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É só um segundo só? Então, V.Exa., que é a próxima inscrita, tem a palavra.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Pois é. Não, é rápida, até porque não tive a oportunidade de ouvir a exposição do Dr. Rangel.

Aliás, queria primeiro parabenizar a presença dele aqui. Rangel é um companheiro há muitos anos, de MDB, de construção do movimento no Rio de Janeiro.

Obviamente a gente, em função da Relatoria do Projeto de Lei do Desarmamento, tem tido mais amiúde um contato.

Por outro lado, V.Exa. me designou, semana retrasada, a mim e ao Deputado Quintal, para, de alguma maneira, trazer os documentos referentes a um seminário que o Viva Rio produzia no Rio. Nós colhemos o possível. Está lá no gabinete, está direitinho. É que eu viajei, por isso que não... Mas eu tenho os documentos



guardados. *(Risos.)* De qualquer jeito, fiquei feliz, voltando de viagem, em saber que o Rangel já trazia parte dessa documentação para a Comissão.

Eu tive a oportunidade de dar uma olhada na metodologia da pesquisa e queria parabenizar o Pablo e, enfim, o Viva Rio de uma maneira geral pela proficiência e pelo desempenho nessa pesquisa. Não tenho dúvida de que é um trabalho de primeira linha, com todas as preocupações necessárias cumpridas e que contribui, porque afinal de contas é o primeiro e único documento que existe no País sobre o assunto. A gente reclama muito, mas não tem nada, só tem isso, porque um grupo de pessoas de uma ONG, portanto, de uma Organização Não Governamental, que tem um interesse maior — não um interesse menor, mas o interesse de efetivamente contribuir para essa questão no Brasil —, se deu ao trabalho de conseguir os fundos necessários para construir uma pesquisa que nosso País, muito embora tenha orçamento para outras coisas que não são tão importantes, não se deu ao trabalho de ter.

Então, queria parabenizar o Dr. Rangel, enfim, toda a equipe do Viva Rio, o Dr. Pablo, e dizer que o pouco que pude ler, embora não entenda nada de segurança pública, não seja uma especialista, mas o pouco que aprendi com V.Exa. me diz que os dados não só são relevantes, mas importantes para qualquer tipo de análise que esta Comissão ou qualquer especialista em segurança pública possa fazer.

Obrigada a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Muito obrigado, Deputada Laura Carneiro.

Ainda temos 2 Deputados inscritos, Deputado Nilton Baiano e Deputado Neucimar Fraga, e vou fazer uma argüição. Mas gostaria, durante a exposição, primeiro de parabenizar. Achei um trabalho espetacular. Já tinha lido o trabalho antes e talvez Deputados que não leram não conseguiram ter idéia da consistência da pesquisa. Achei bastante consistente, e é lógico que armas ilegais é por amostragem que se faz, até porque se tivesse um número exato era muito mais fácil prender todas. *(Risos.)* Mais tranquilo.

Mas há alguns pontos que vocês colocaram e que eu queria... Se pudessem reforçar, seria interessante. Eu achei interessante. A ligação do tráfico de drogas e do tráfico de armas: sempre achamos aqui que tinha uma ligação muito amiúde



entre esses 2 tráficos, não só nesse negócio de o tráfico de drogas ter armas para os seus territórios, não. Veja, lá em cima, por exemplo, nós traficamos armas lá e dizemos: “Não, mas o Brasil está traficando para fora, não é tanto problema nosso”. É, porque a arma que sai do Brasil para fora acaba voltando como cocaína, que vai viciar todos os nossos jovens. Então, tem uma relação direta. Se nós estamos facilitando uma rota de tráfico que volte como cocaína, claro que tem relação direta. São idéias que nós temos e eu gostaria de ter a opinião do senhor.

Achei da maior gravidade essa informação que foi dada sobre um carregamento para o Sri Lanka, que na verdade foi só no papel e que teria ficado todo aqui no Brasil, praticamente. Acho da maior gravidade isso e quero analisar com maior profundidade. Gostaria de saber se têm agora mais detalhes. Se não têm, que me dessem posteriormente maiores detalhes, para que a gente pudesse aprofundar nisso e responsabilizar quem fosse, porque...

Outra coisa é esses *blockers*, corretores. Queria saber se tinha como se chegar ao conhecimento de alguns nomes aqui no Brasil. Eu citei, até, quando o General Rosalvo estava aqui, na semana passada, citei num deles que ele explicou que não era autorizado pelo... Um tal de Fernando Humberto. Recebi num telefonema esse nome. E eu citei esse nome, não sei se seria uma desses *blockers* que atuam na questão de arma.

Preocupou-me, junto com essa história do Sri Lanka, saber que, de cada 10 contêineres, 2 vão para o Paraguai e 8 vêm para o Brasil. Vamos tentar entrar em contato com esse Deputado lá do Paraguai para saber que consistência tem essa informação. Sei que os senhores mesmo têm em nível de informação; não houve uma checagem mais objetiva disso. Vamos tentar checar.

Esse problema de um corredor arrendado em Paranaguá até o Paraguai, isso é um negócio complicado. Amanhã estará aqui o Secretário de Segurança do Paraná e nós já vamos conversar sobre isso e tomar atitudes acerca desse fato. Quer dizer, nós não podemos deixar, fazer de conta que não existe.

E gostei muito da idéia de exportação de armas passar pelo Congresso a autorização. Acho que é uma coisa que a gente pode evoluir nesse sentido. Acho que a idéia é muito boa e realmente tem que ter uma apreciação melhor nesse sentido.



Quero dizer que, de nossa parte, nós estamos convidando os senhores para, junto conosco, fazer esse trabalho, que será, eu tenho certeza, muito duro. Vejo já, pela exposição dos senhores, que têm interesses de pessoas grandes aí envolvidos no meio desse negócio do armamento. Então, é uma luta que vamos precisar da ajuda de todo o mundo.

Não sei se vocês gostariam de se manifestar sobre isso ou posteriormente mandarem as informações.

Têm a palavra V.Sas.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Doutor, antes de o senhor responder, aquela pergunta que eu fiz: quando vocês fizeram o levantamento estatístico das armas nacionais, foi analisado o número de série, procedência, se elas... Gostaria de entender aquele mecanismo da pesquisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eles estão me pedindo só para os 2 últimos Deputados fazerem as observações e então, posteriormente, teriam a palavra.

O Deputado Nilton Baiano tem a palavra.

O SR. DEPUTADO NILTON BAIANO - Até mesmo porque queria até me desculpar porque nós temos uma reunião ali com votação e vamos ter que nos ausentar, eu e o Deputado Neucimar.

Mas eu queria parabenizar o senhor. Eu fico muito feliz porque, na verdade, eu discordo de alguns Parlamentares que têm a posição de que realmente a população deve andar armada. Eu acho que não deve. No meu modo de entender, realmente tem que desarmar mesmo. O cidadão de bem não precisa andar armado. Eu tenho 63 anos e nunca precisei de andar armado e ando em todos os lugares, ando em favela, ando em morro, ando sozinho. Então, acho que...

Então, quero parabenizar o senhor e dizer que, na verdade, o senhor, mais do que ninguém, sabe das dificuldades de evitar que a arma entre. E se fizesse com que essa arma saísse da fábrica com um DNA e que, ao ser disparada essa arma, ele identificasse o proprietário de quem foi comprada essa arma. Com isso, certamente... Eu soube até que as empresas disseram que ficaria muito caro para colocar essa situação. Com isso aí... Veja bem, estou falando... Desculpe-me, sou médico, sou leigo no assunto. Tem até aqui o nosso Coronel...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Está dando a visão médica.

O SR. DEPUTADO NILTON BAIANO - É, visão médica.

Aí alguém fala assim: “Ah, mas podia trocar o cano”. Ora, mas o cano que fosse trocado, quer dizer, aí teria outra raia, outro DNA naquele cano, que, ao colocar naquela arma, sabia: “Essa arma foi vendida ao Sr. Fulano de tal”.

Seria isso, então, que eu queria colocar e parabenizar o senhor. Fico muito feliz, porque na verdade acho que a gente tem que defender a vida e não é defender quem ande armado, porque o senhor colocou muito bem: quantas pessoas — e a gente vê isso em jornais, as pessoas fazendo declarações de que houve uma batida no trânsito, ele discutiu, perdeu a cabeça, atirou, e a pessoa fala: “Puxa, quanto arrependimento. Se eu não tivesse usado a arma, podia até ter trocado tapa e tal, pontapé, mas estariam todos vivos e, quem sabe, um deles não estaria preso, condenado para cumprir muitos anos de prisão”.

Parabéns ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado, Deputado Nilton Baiano.

Eu também fui Secretário de Segurança e, desde Secretário de Segurança, sou a favor do desarmamento da população. Quer dizer, sempre fui a favor. Não vejo vantagem nenhuma. Acho até que, muitas vezes, barulho e luz fazem mais efeito do que qualquer arma ou coisa parecida. Quer dizer, espanta ladrão muito mais até do que qualquer arma. Então, esse é um ponto de vista. A gente respeita o de todos os outros companheiros, mas é um ponto de vista que nós temos já há muito tempo.

Deputado Neucimar Fraga, Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Sr. Presidente, Deputado Moroni Torgan; nosso Relator, Deputado Paulo Pimenta; quero cumprimentar os representantes do Movimento Viva Rio e quero também parabenizar.

Estou fazendo a leitura do relatório. Não fiz toda ainda. Mas temos encontrado realmente elementos dentro desse relatório, que com certeza, além de amenizar a questão da violência no Brasil a partir do momento em for feita uma análise, um estudo e forem aplicadas as soluções apresentadas.

Mas temos convicções também de que esse relatório vai ser um instrumento muito importante na mão desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que tem uma



grande missão hoje, no Brasil, de lutar realmente para evitar que as armas continuem chegando nas mãos de organizações criminosas no Brasil.

Nós temos convicção também de que o tráfico de armas no Brasil, a sua ligação com o mercado das drogas ele tem influenciado muito para que a violência possa aumentar em nosso País.

Algumas informações aqui neste relatório me chamaram a atenção, apesar de que eu não vou ter tempo de ficar para ouvir a resposta, mas queria que ficasse registrada nos Anais desta Comissão a resposta sobre a pergunta. Chamou-me a atenção o fato de Angola ter sido citada aqui como um dos países que recebe armas brasileiras e que estariam voltando essas armas para o Brasil. O Paraguai acredito que quase todas as autoridades brasileiras já têm certeza, só não têm agido ainda para resolver o problema, mas Angola para mim é novidade. Eu não sabia. Até porque é um país muito distante.

Sabemos que na volta dessas armas para o Brasil, com certeza elas têm de entrar pelos portos ou aeroportos brasileiros. É um dado interessante. Queria saber baseado em que dados chegou-se à conclusão de que Angola faz parte dessa lista de exportações praticamente irresponsáveis que o Brasil está fazendo.

Concordo plenamente com o senhor quando falou sobre a combinação de armas com as drogas, com consumo de bebidas alcoólicas — não só drogas ilegais, mas drogas legais, como o álcool, que sabemos faz muitas vítimas no Brasil. Podemos dizer que faz até mais vítimas do que a própria droga ilegal, e não há um combate tão efetivo por parte do Governo.

Pelo contrário, nosso Governo, em algumas situações, tem oferecido a Chefes de Estado bebida alcoólica, representando a cachacinha brasileira. Não sabe quanto mal faz a milhares de crianças brasileiras ao fazer uma apresentação como aquela. O movimento Viva Rio, através de suas ações, deveria fazer registros para essas questões. Quando da presença do Presidente da Rússia no Brasil, o presente que o Brasil deu à Rússia foi a cachacinha brasileira. Sabemos quantos males têm feito à sociedade brasileira essas doses de cachaça espalhada pelo Brasil afora.

Eu queria dizer também sobre esse assunto que concordo plenamente: a combinação das drogas — principalmente do álcool, que é uma droga fácil de ser comprada e de livre mercado, vendida em qualquer esquina no Brasil sem nenhuma dificuldade — com a arma como aumenta o índice de violência no Brasil.



Eu queria só registrar que eu tive a oportunidade de ter uma sugestão minha acolhida pelo Relator do Desarmamento, Deputado Greenhalgh, que diz que todo cidadão que for abordado ou detido sob efeito de substância química ou alucinógena que ele perca automaticamente o porte de arma, porque sabemos que essa combinação realmente é muito explosiva e aumenta o índice de violência no Brasil.

No mais, quero parabenizar o movimento, aqueles que têm apoiado. Temos convicção de que vamos receber o apoio do movimento nessa CPI, que é inédita nesta Casa e tem uma grande responsabilidade no Brasil, a fim de evitar que as armas continuem chegando às mãos de irresponsáveis e daqueles que têm cometido crimes no Brasil e aumentado o índice de violência, ceifado o sonho de milhares de brasileiros e roubado também o sonho de muitos pais que perdem os seus filhos na adolescência.

Muito obrigado pelo tempo dispensado a esta Comissão.

Deus abençoe todos os membros do Movimento Vive Rio e todos aqueles que promovem a paz. A própria Bíblia diz: "Bem-aventurados aqueles que promovem a paz". E vocês serão bem-aventurados por esse movimento. Deus abençoe a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Muito obrigado.

Com a palavra V.Sas. para responder algumas questões e para as considerações finais.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Presidente, temos uma eleição da bancada marcada para às 17h e vou pedir permissão para sair.

O SR. PABLO DREYFUS - Vou responder muito brevemente uma pergunta pontual do Dr. Pimenta. Concordo plenamente com o senhor, e esse é o sentido de ter deixado as listas hoje aqui. Justamente as autoridades competentes, no caso, a Polícia Federal, junto com as fábricas — porque agora, com o Estatuto, as fábricas têm obrigatoriamente que passar a lista de armas produzidas e esses estoques para a Polícia Federal. Justamente com essas listas, onde o número de série tem uma importância predominante. O número de série é o CPF da arma. É justamente com o número de série e o modelo da arma que a fábrica pode informar o lugar para onde foram exportadas essas armas ou vendidas essas armas domesticamente. No caso das armas Taurus temos uma particularidade muito importante. Quem pode informar isso muito bem aos senhores é o reputado perito balístico, Domingos Tochetto, do Rio Grande do Sul, uma autoridade na matéria. Ele escreveu um livro que se chama



Balística Forense. Lá ele explica muito bem — e temos constatado isso visualmente, pelas estatísticas — que os revólveres Taurus, antes de 1980, só tinham números de série numéricos. Então, com o número de série só numérico é possível constatar que esse revólver foi produzido e vendido antes de 1980, fato importante, porque antes de 1980 o registro era optativo. Quer dizer, temos constatado isso nas armas. A maioria dos revólveres que são entregues no Viva Rio são esse tipo de revólver. É de pessoal e de certa idade. A maioria de 65, 70 anos que tem revólveres Taurus com números só numéricos. Quer dizer, compraram essas armas na época em que não era obrigatório o registro, estão lá, informais. Nas pistolas, o que temos constatado — é lá que o papel dos países limítrofes é preponderante — é que nas pistolas se constata números de série alfanuméricos. Há uma tendência ao aumento de pistolas Taurus de uso restrito nas últimas décadas. A partir de 1987, a Taurus começa a produzir pistolas com números alfanuméricos. É justamente nessa década que a Taurus, para competir com a ameaça de importações — por exemplo, pistolas tchecoslovacas, austríacas Glock —, começa a lançar novos calibres de uso restrito, que são muito cobiçadas pelos bandidos. Por exemplo, 9 milímetros e ponto 40. É aí que tem importância o número de série, pois é determinante para saber quando a arma foi produzida. E é aí que vem a importância do treinamento dos policiais, dos analistas, da inteligência das agências policiais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tem V.Sa. a palavra para as considerações finais.

O SR. ANTÔNIO RANGEL BANDEIRA - Com relação às drogas, normalmente os condutos são muito semelhantes, mesmo porque na relação entre Brasil e Colômbia, como disse muito bem o Deputado, geralmente a arma é trocada por droga. Onde nos leva isso? Um bom trabalho para a descoberta dos canais de abastecimento de armas, o que é possível, vai levar ao desbaratamento dos canais de drogas, que são de outra forma impossíveis de serem conectados. Então, ao irmos fundo no rastreamento de armas, vamos ter como um subproduto — que talvez seja maior do que o produto — onde são os canais que alimentam de droga o Brasil, e o Brasil como canal de exportação. Com relação à questão do controle parlamentar, é importante entender que a arma não respeita fronteira. Recentemente, numa conferência internacional, em Buenos Aires, na presença de autoridades de controles de armas, eu disse: “Ou nos salvamos todos, porque aqui



ninguém se salva sozinho”. O que quis dizer é que a Capital dos Estados Unidos, Washington, fez uma rígida lei de controle de armas há anos. No imediato, reduziu a criminalidade, e gradualmente a criminalidade foi aumentando. Por quê? Porque os Estados vizinhos não proibiram as armas. E as armas continuaram entrando. Hoje é difícil ter armas em Nova Iorque, mas o pessoal vai à Flórida e compra a arma. Então, é por isso que as soluções estão sendo regionais. Quando a Europa cria o Código de Conduta Europeu é porque ela entendeu que é um problema regional. O Brasil pode ter uma ótima lei e não adiantar nada. Isso reforça a idéia do controle parlamentar. Quer dizer, o Brasil é uma liderança na América Latina. É uma liderança. Hoje nós temos a lei mais avançada. O nosso exemplo está sendo imitado. Estive com generais chilenos. Olha que estive exilado no Chile e não tinha nenhuma simpatia pelos generais chilenos. Quando o general pediu a palavra para me interpelar, imaginei que ia haver um conflito. E ele pediu a palavra nessa conferência para elogiar a iniciativa brasileira de marcar munição, coisa que não tinha passado pela cabeça dos oficiais chilenos. E vão fazer isso no Chile. É o exemplo brasileiro. Onde quero chegar? Quero chegar que, também no Parlamento Argentino, Uruguai — principalmente nesses 2 países — e também no Paraguai, os Parlamentares, como aqui, se mobilizam, preocupados com o controle de armas. Assim como eles vão buscar ajustar a sua legislação à legislação brasileira, seria uma oportunidade para que o controle parlamentar fosse feito não apenas pelo Congresso Brasileiro, mas se criasse um fórum regional de Parlamentares, que passasse a pensar no controle parlamentar em nível regional, por exemplo, o MERCOSUL, de maneira que esses países também tivessem leis convergentes com as brasileiras e as armas não continuassem entrando pelas fronteiras brasileiras. Por último, apenas uma resposta. Fomos recentemente visitados por autoridades angolanas e foram elas que nos revelaram que têm conhecimento de que em Angola está havendo muito contrabando de armas, porque os angolanos fogem para o Brasil por falta de recursos em Angola, pelas dificuldades da vida lá, pela vontade de vir ao Brasil, pois são culturas muito próximas, e por diferentes caminhos — que não sabemos ainda quais são; seria o caso de pesquisar —, essas autoridades nos revelaram que têm conhecimento de que muitas armas brasileiras estão voltando ao Brasil. Seria um caso a ser investigado também. Por último, a redação da pesquisa foi feita de forma tão acelerada, para que tivéssemos ela concluída a tempo de ser



útil à CPI, que nos esquecemos, numa parte que deve ser histórica, de dizer que essa pesquisa -- porque tudo está baseado na pesquisa do universo das armas no Rio de Janeiro -- não teria sido possível sem a colaboração do então Secretário Josias Quintal. Acho que é uma questão de justiça histórica mencionar o nome do Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quero dizer que ficamos maravilhados com a exposição de vocês. Todos os Deputados. Pode até haver divergência, mas o conteúdo foi importantíssimo. Particularmente, as minhas convicções ficaram corroboradas. Eu já as tinha, mas ficaram corroboradas com esses dados apresentados. Aqui a Presidência e a Relatoria da Comissão são muito favoráveis ao Estatuto do Desarmamento e também ao referendo e tudo mais.

Claro que dentro da Comissão é democrático. Temos Deputados de todas as correntes na Comissão. Vamos nos unir justamente naquilo que V.Sa. disse: todos são contra o aumento da violência e todos querem evitar que o tráfico de armas tenha sucesso. Aí é unanimidade. Não temos ninguém que venha discrepar na Comissão. Temos a unanimidade dos Deputados com a vontade de descortinar o tráfico de armas e responsabilizar quem quer que seja. Especialmente nós temos também a responsabilidade de trazer a autoria do delito, não interessando quem seja.

Já mostramos isso. Vários Deputados aqui estiveram na Comissão do Narcotráfico. O Relator foi da Comissão do Crime Organizado no Rio Grande do Sul. Quer dizer, não estamos preocupados quem seja: se é dono de fábrica, se é empresário, se é autoridade, quem quer que seja que esteja envolvido com isso. Inclusive, temos alguns de origem policial, como eu, que sou delegado da Polícia Federal, de profissão, mas sei que o tráfico de armas é que mata os policiais. Na verdade, eles são co-autores da morte de todos os policiais, porque os policiais morrem através de confronto com bandidos que são abastecidos pelo tráfico de armas.

Então, precisamos dessa união.

Agradecemos profundamente Pablo Dreyfus, sem a pronúncia alemã. Agradecemos muito o brilhante trabalho que fez. Agradecemos ao Dr. Antônio Rangel Bandeira e a essa bandeira que V.Sa. tem, que é a nossa também.



Que possamos juntos... A vantagem da CPI é a sua dinâmica. Temos uma dinâmica muito maior para poder investigar mais profundamente, sem um monte de burocracia, que, infelizmente, institucionalmente ainda temos. E a CPI tem essa dinâmica. Precisamos dessa parceria, como precisamos da parceria de todos os brasileiros.

Queríamos até, se o Viva Rio pudesse fazer, junto com o pessoal que tem conhecimento... Nós temos um teledenúncia na Câmara dos Deputados: 0800-619619. Que nós pudéssemos divulgar isso. De alguma forma, se pudessem nos ajudar, para que essas denúncias de tráfico de armas pudessem chegar à CPI, mesmo anonimamente. Quer dizer, se a pessoa não quiser... Mas se houver uma forma de o Viva Rio poder nos ajudar nesse sentido, porque o telefone já está disponibilizado. Pode-se fazer ligações de todo o Brasil, sem ônus algum para quem ligar. O número é: 0800-619619.

Vai ser um grande auxílio para nós se houver alguma forma de o Viva Rio pensar num programa, numa promoção de incentivar a população a denunciar, porque temos o período de 1 ano para a CPI; não mais do que isso.

Agradecemos e solicitamos desde já uma parceria constante até o fim da CPI. Vai ser interessante.

Inclusive, todos esse dados das armas vamos complementar. Vamos pedir para os Estados. Vou pedir ao Relator que amanhã entre com um requerimento solicitando esse dados, a relação de armas apreendidas, numeração e origem de cada Estado. Seria isso, mais ou menos. Aí, já aprovaremos amanhã. Damos entrada hoje e amanhã já entra na Ordem do Dia.

Devido ao início da Ordem do Dia, não vou poder deliberar sobre os requerimentos. A deliberação de requerimentos fica para amanhã.

Desde já fica convocada reunião ordinária para amanhã, às 14h.

Muito obrigado, especialmente ao Viva Rio, por quem temos admiração. Nossos agradecimentos.

Está encerrada a presente reunião.